

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DE RIBEIRÃO PRETO

DANIEL MARCHI

**Capital social e modernização da agricultura:
O caso da mesorregião Sul Goiano**

RIBEIRÃO PRETO
2004

DANIEL MARCHI

**Capital social e modernização da agricultura:
O caso da mesorregião Sul Goiano**

Monografia de conclusão de curso apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto

RIBEIRÃO PRETO
2004

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica

MARCHI, Daniel

Capital social e modernização da agricultura: o caso da mesorregião Sul Goiano / Daniel Marchi ; Orientador; Sigismundo Bialoskorski Neto. – Ribeirão Preto, 2004.
83 f.

Monografia de conclusão de curso. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

1. Capital social. 2. Cooperativismo. 3. Desenvolvimento agrícola.

Dedico a meus pais,
pelo amor, confiança e apoio.

Agradecimentos

Felizmente as tão “amadas” regras de trabalhos científicos permitem um espaço para agradecimentos. Sabemos que este é um duro trabalho, e que isoladamente nada conseguiríamos. Em primeiro lugar agradeço a meu orientador, Sig, pelos providenciais ensinamentos e pelo convívio, que contribuíram decisivamente para meu desenvolvimento intelectual e pessoal. Cabe aqui um pedido de desculpas pelo meu jeito “último minuto” de ser. Impossível retribuir o apoio.

Enorme gratidão à Universidade de São Paulo, em especial a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, pela transmissão de conhecimentos que me permitem hoje enxergar o mundo pelos olhos da Economia. Agradeço a todos os professores, sem exceção; cada um a sua maneira forjaram-me profissional e cidadão.

Destaco o apoio dado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica possibilitou a realização de grande parte desta monografia. Agradeço também a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace), que além de ter proporcionado-me estágio, é uma instituição que acredita no aprimoramento profissional das lideranças cooperativas.

Jamais esquecerei meus compatriotas da inigualável República Bazóphia (*onde o sol nunca se põe*). André, Diego, Marcelo, Marco Antonio, Pedro e Thiago, as palavras são incapazes de revelar o quão agradáveis foram suas companhias, em particular aquelas madrugadas intermináveis de intensas discussões sobre... tudo. Vocês são os irmãos que a vida não me deu. Por fim, eterna gratidão à Raquel, criatura mais que especial nesses cinco anos de Ribeirão Preto.

1-7-1916

Segue o teu destino,
Rega as tuas plantas,
Ama as tuas rosas.
O resto é a sombra
De árvores alheias

A realidade
Sempre é mais ou menos
Do que nós queremos.
Só nós somos sempre
Iguais a nós-próprios.

Suave é viver só.
Grande e nobre é sempre
Viver simplesmente.
Deixa a dor nas aras
Como ex-voto aos deuses

Vê de longe a vida
Nunca a interrogues.
Ela nada pode
Dizer-te. A resposta
Está além dos deuses.

Mas serenamente
Imita o Olimpo
No teu coração.
Os deuses são deuses
Porque não se pensam.

Ricardo Reis

Resumo

MARCHI, Daniel. **Capital social e modernização da agricultura: O caso da mesorregião Sul Goiano.**

Esta monografia tem por objetivo analisar o capital social – formalizado pela presença de cooperativas – bem como sua influência na estrutura produtiva e no processo de modernização da agricultura, além da capacidade de tais organizações gerarem externalidades positivas para a sociedade. Particularmente estuda-se o caso da mesorregião Sul Goiano, no estado de Goiás. Grande parte do desenvolvimento teórico e empírico sobre capital social considera a existência de associações, cooperativas e outras organizações coletivas uma manifestação do fortalecimento da estrutura social, o que indica, portanto, uma maior presença de capital social. No Sul Goiano, em especial a microrregião Sudoeste de Goiás importantes cooperativas agropecuárias estão presentes, como por exemplo a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO).

Discutiu-se também a lógica da organização de cooperativas agropecuárias, principalmente no caso da cultura da soja. Foram analisadas variáveis como expansão da área plantada, a assistência técnica e produtividade da soja, Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Gini; utilizando-se os dados referentes aos Censos Agropecuários (1970 a 1996) e da Produção Agrícola Municipal (1990 a 2001), ambos do IBGE, e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Palavras-chave: capital social, cooperativismo, desenvolvimento agrícola.

Lista de Ilustrações

Figura 1:	Organograma fundamental das cooperativas	39
Figura 2:	Cooperativismo como externalidade positiva da produção	41
Figura 3:	Localização das unidades processadoras de soja do Centro-Oeste	54
Gráfico 1:	Preço da soja em Cascavel/PR e em Rio Verde/GO	53
Gráfico 2:	Evolução do quadro social da COMIGO	57
Gráfico 3:	Área plantada (ha) e quantidade produzida (ton) de soja pelos estabelecimentos associados à COMIGO	58
Gráfico 4:	Produtividade (ton/ha) de soja dos estabelecimentos associados à COMIGO.	58
Gráfico 5:	Produtividade da soja nas microrregiões selecionadas	68

Lista de Tabelas

Tabela 1:	Participação da soja na área plantada de lavouras temporárias	50
Tabela 2:	Serviços prestados pela COMIGO	59
Tabela 3:	Participação dos estabelecimentos associados à cooperativas agropecuárias	64
Tabela 4:	Área plantada em lavouras temporárias (ha) 1970 – 1995	65
Tabela 5:	Participação da área plantada em soja (1995)	66
Tabela 6:	Estabelecimentos com informações sobre uso de assistência técnica (1995)	70
Tabela 7:	Indicadores sociais (1991 – 2000)	70
Tabela 8:	Diferença de médias entre municípios com e sem sede de cooperativas agropecuárias	73

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS	13
1.2	ESTRUTURA DA MONOGRAFIA	14
2	AÇÃO ECONÔMICA INDIVIDUAL: REVISÃO E DEBATE TEÓRICO	16
3	CAPITAL SOCIAL.....	21
3.1	A CONTRIBUIÇÃO EMPÍRICA DE PUTNAM.....	22
3.2	O CAPITAL SOCIAL NA AGENDA DE PESQUISA RECENTE	24
3.3	CRÍTICA AO CONCEITO	31
4	FUNDAMENTOS DA COOPERAÇÃO	34
4.1	COOPERATIVAS: HISTÓRICO E DEFINIÇÕES	34
4.2	COOPERATIVISMO E EXTERNALIDADES: ABORDAGEM TEÓRICA.....	39
4.3	COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	42
5	A ORGANIZAÇÃO DE COOPERATIVAS E ESTUDO DE CASO	47
5.1	A LÓGICA DA ORGANIZAÇÃO DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	47
5.2	ESTUDO DE CASO.....	55
6	FONTES DE DADOS E METODOLOGIA.....	61
7	ANÁLISE DOS RESULTADOS	63
7.1	MICRORREGIÕES	64
7.2	MUNICÍPIOS.....	71
8	CONCLUSÕES.....	75
	BIBLIOGRAFIA.....	78

1 INTRODUÇÃO

Apurar o quão desenvolvido é um país ou uma região em relação a outros (as) tem sido uma das tarefas mais executadas por economistas e pesquisadores sociais. O desafio consiste em elaborar indicadores, identificar instituições e políticas comuns às experiências consideradas de sucesso e, de alguma forma, sugerir a adoção das “melhores práticas” pelos países/regiões menos desenvolvidos. Muitos consideram *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith a primeira abordagem sistematizada nesse sentido; seu sub-título é revelador, *uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*. Para Smith, a riqueza de uma nação não é algo exógeno ou atribuível a um fenômeno definitivo, decorre diretamente do trabalho, mais precisamente de sua capacidade de dividir o trabalho e assim emprega-lo cada vez mais eficientemente¹.

A retomada do tema crescimento e desenvolvimento ocorre com o trabalho (de cunho neo-clássico) de Robert Solow, para o qual o crescimento do produto nacional é função de seu estoque de capital e trabalho. No modelo proposto, o autor considera os recursos naturais fixos, e uma de suas variantes incorpora a variável progresso tecnológico. Destacam-se também os estudos realizados na década de 1960 por Theodore Shultz e Gary Baker, onde o conceito de capital humano passa a ser incorporado nas explicações acerca do crescimento econômico (PAVARINA, 2003, pág. 27).

Um marco recente nesse exercício é o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 1990, no qual é proposto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A partir de então, passou-se a considerar que a renda *per capita* não é mais o único indicador de desenvolvimento, incorporando em sua metodologia de cálculo variáveis como nível educacional, expectativa de vida, além da renda. Mas o que poderia explicar o fato de dois países ou

¹ Em oposição ao conceito mercantilista, que considerava a riqueza fruto do acúmulo de metais preciosos.

localidades terem os mesmos indicadores e possuírem trajetórias de desenvolvimento diferenciadas? Putnam (1996) analisa duas décadas da experiência italiana na concessão de autonomia aos governos regionais no início dos anos 1970. O estudo conclui que as regiões onde o engajamento cívico é maior, onde existe um maior número de associações culturais e econômicas e onde havia um passado com maior tradição democrática a qualidade das instituições era melhor e os governos locais eram mais bem avaliados pelos moradores. A pesquisa de Putnam (1996) será detalhada na seção 3.2.

Considera-se hoje que o crescimento econômico não implica diretamente em desenvolvimento social. Parte da literatura econômica destaca que qualidade institucional e estrutura social são fatores que beneficiam o acesso aos benefícios econômicos. Milani (2003) sintetiza argumentando que tais fatores são reconhecidos por terem impacto direto na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva.

Segundo Peres (2000), costuma-se associar o crescimento econômico ao acúmulo de uma série de capitais: físico, financeiro, natural e humano. Putnam (1996) identifica uma quinta forma de capital, o social. Este novo conceito seria o fator determinante das diferenças apresentadas entre as taxas de crescimento do norte (maior estoque de capital social) e sul da Itália (menor estoque). Peres (2000) argumenta que o capital social, baseado na confiança entre os agentes e na rede social, facilita as relações de mercado e contribui para a criação e participação dos indivíduos em organizações horizontais. Organizações horizontais são aquelas caracterizadas pela ausência de hierarquia entre seus membros. Um exemplo desse tipo de organização é a empresa cooperativa, na qual seus membros têm poder equânime de decisão nas assembleias (um membro, um voto).

O capital social também é considerado um redutor dos custos de transação. Dado que a maioria das transações comerciais necessita de um certo nível de confiança (entrega ou

pagamento futuro, qualidade do produto ou serviço etc), uma localidade que apresenta uma rede social fortalecida precisa recorrer menos a contratos formais e a instituições estabelecidas para garantir a realização dos negócios. As informações fluem com maior rapidez e menores custos, as empresas passam a ter um maior incentivo à inovação, uma vez que menos recursos precisam ser empregados em sistemas de monitoramento.

Considera-se a organização cooperativa uma manifestação formal do capital social. Para sua formação, os indivíduos concluem que em conjunto podem obter resultados econômicos melhores que se estivessem isolados. Uma cooperativa agropecuária, por exemplo, se forma quando um grupo de produtores rurais percebe que podem obter ganhos na aquisição de insumos, acesso a novas tecnologias e aumento do seu poder de mercado. Sua formação implica que os indivíduos transferem os mecanismos de tomada de decisões do plano individual para o coletivo.

Considerando o processo de desenvolvimento da agricultura, Bebbington (1999) *apud* Bialoskorski Neto (2001) argumenta que além das formas tradicionais de capitais, o social seria base facilitadora do processo, uma vez que ele permite acesso a novos mercados, tecnologia, melhores termos de troca etc. Corroborando este argumento, em estudo realizado para o estado de São Paulo, Bialoskorski Neto (2001) afirma que regiões com maior nível de renda e desenvolvimento da agricultura possuem maior número de produtores associados a cooperativas, além de apresentarem maior nível educacional e ausência de conflitos pela posse da terra.

Esta monografia procura investigar o papel do capital social, em especial das cooperativas agropecuárias, na modernização e diferenciação da estrutura agrícola. Dado que a dimensão agrícola é extremamente extensa e com características muito peculiares (culturas, solos, clima) a cada região, escolheu-se a mesorregião Sul Goiano, no estado de Goiás. Cabe aqui explicitar a justificativa do autor para escolha desse território. Ao elaborar um estudo de caso para os *Seminários Pensa*, em outubro de 2002, verificou-se a grande influência que a Cooperativa Mista

dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. – COMIGO – exercia, como indutora de desenvolvimento regional, prestadora de serviços aos seus cooperados e sinalizadora de preços e tecnologias. Ainda, a cooperativa se transformou em importante componente de uma *network* que integra os processos de desenvolvimento genético de suínos e aves, fornecimento de ração e criação dos animais.

Surgiram, então, algumas perguntas: a) qual seria o impacto da presença daquela cooperativa na região como um todo; b) por apresentar características semelhantes, a estrutura agrícola e a sociedade das regiões próximas também seriam afetadas pela presença ou não de cooperativas?

1.1 Definição do problema de pesquisa e objetivos

A pesquisa social frequentemente defronta-se com o problema da definição de seu escopo de estudo. A ciência econômica, inserida neste contexto, desde a década de 1960 vem aumentando seu leque de estudos, deixando de tratar exclusivamente das relações sociais manifestas nos mercados. Junte-se a isso, as críticas recebidas pelo conceito de *capital social* (ver Manski, 2000), principalmente no que tange a sua definição. Nesse sentido, esta monografia pretende contribuir com o processo de sedimentação do conceito. Como o espectro de interações sociais é muito amplo (mercados, organizações, famílias, grupos religiosos etc), pretende-se contribuir com o entendimento apenas em relação à agricultura.

Definiu-se o problema de investigação por meio da seguinte questão. A estrutura agrícola e os indicadores sociais agregados estão relacionados com a presença de cooperativas agropecuárias, *proxy* para capital social, nas regiões estudadas?

Sob tal problema, o objetivo geral desta monografia é estudar a influência do capital social, formalizado nas organizações cooperativas, na agricultura do Sul Goiano, e por consequência, nos indicadores de desenvolvimento e desigualdade. Os objetivos específicos, ou seja, os meios que o estudo se utilizará para alcançar seu objetivo geral, constituem-se em analisar as variáveis listadas a seguir:

- Número de cooperativas, de estabelecimentos associados, por microrregião e municípios;
- Evolução da área plantada em lavouras, de 1970 a 1995;
- Nível de mecanização, por meio do uso de tratores e máquinas de plantio e colheita;
- Estrutura fundiária e uso da terra;
- Uso de assistência técnica, agroquímicos e preocupação com a conservação do solo;
- Produtividade da soja, principal cultura da região;
- Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Gini.

1.2 Estrutura da monografia

Além dessa introdução, esta monografia possui mais sete seções. Na segunda discute-se o referencial teórico sob o qual o conceito de capital social se desenvolveu, qual seja, a interpretação da ação econômica individual pelas duas principais correntes de pensamento, a neoclássica e a sócio-econômica. A terceira apresenta uma revisão sobre a formulação do conceito de capital social, assim como estudos que discutem sua influência no desenvolvimento local. Os fundamentos da cooperação são discutidos na seção quatro, englobando além dos conceitos e doutrinas do cooperativismo, uma abordagem teórica das externalidades do cooperativismo e o seu papel na promoção do desenvolvimento. Em seguida, na seção cinco,

discute-se a lógica da organização de empreendimentos cooperativos, além de um estudo de caso sobre a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano; pode-se afirmar que a investigação sobre a influência do capital social inicia-se nessa seção.

As fontes de dados utilizados na pesquisa e a descrição da metodologia empregada encontram-se na parte seis. A análise dos resultados, sob a ótica das microrregiões e dos municípios é feita na seção sete. Por fim, na última seção encontram-se as conclusões gerais sobre a monografia.

2 AÇÃO ECONÔMICA INDIVIDUAL: REVISÃO E DEBATE TEÓRICO

Uma das questões centrais das ciências sociais é como, e se, o comportamento humano e institucional é afetado pelas relações sociais. Ao longo deste referencial teórico apresenta-se as duas principais correntes que tratam da ação econômica individual, a neoclássica e a sócio-econômica. Esta seção justifica-se pelo objetivo da pesquisa: analisar a influência de uma forma de organização social – e, portanto com fundamentos e motivações individuais – sobre a agricultura.

Autores como Granovetter (1985) e Coleman (1988) identificam duas maneiras diferentes de abordar a ação individual: uma visão sociológica, na qual os indivíduos são influenciados por normas e padrões sociais, e de outro lado a visão neoclássica, na qual as pessoas agem de forma independente, fundamentadas exclusivamente no seu auto-interesse.

Os economistas clássicos e neoclássicos trabalham a partir de um conjunto de hipóteses de traços comportamentais específicos, o qual gera um arcabouço teórico poderoso. Essa abordagem remete ao próprio nascimento da economia como ciência. Ao postular que os indivíduos agem racionalmente e centrados nos próprios interesses, Adam Smith contribuiu decisivamente para separar a economia (e o domínio econômico) dos outros ramos do conhecimento (Política, Filosofia etc). É bem verdade que posteriormente Marx proporia a ação individual não mais conforme os anseios pessoais, mas de acordo com a classe com a qual o indivíduo pertencia.

Diante da necessidade de rigor teórico, a primeira abordagem superou a marxista, dadas as facilidades de construir uma teoria, ao mesmo tempo simples e poderosa. Discutir a evolução das diferentes correntes de pensamento sobre a ação econômica individual não é objetivo desta seção, mas sim apresentar as duas principais abordagens em voga atualmente.

A teoria neoclássica assume que os indivíduos agem racionalmente, centrados nos próprios interesses e minimamente afetados pelas relações sociais. Além dessas hipóteses, parte-se do pressuposto que os mercados operam em concorrência perfeita, ou seja, tanto consumidores quanto produtores não têm poder de afetar a oferta e a demanda, e por consequência, o preço de mercado.

Dada a flexibilidade dos preços e dos fatores de produção, sob a visão neoclássica, os mercados têm a capacidade de ajustarem automaticamente oferta e demanda, o que sempre coloca a economia em um ponto de eficiência. Os agentes – produtores e consumidores – têm livre acesso a todas informações. Dessa forma, como enfatiza Granovetter (1985), não existe espaço para barganha ou negociação. O autor lembra ainda que, apesar da hipótese de competição perfeita e “mercado idealizado” ser a muito tempo atacada, tem sobrevivido em função de dois fatores: a auto-regulação dos mercados parece ser politicamente atrativa, e que a eliminação das relações sociais da análise econômica remove o problema de incluir esse novo elemento nas formalizações teóricas².

Considera-se a hipótese mais importante aquela que considera o indivíduo dotado de preferências por certos bens e serviços e que o conjunto de preferências cumpre a condição de transitividade. A noção de preferências está ligada a hipótese de maximização, raiz da teoria utilitarista. Os indivíduos escolhem entre diferentes cestas de bens aquela que maximiza sua utilidade. Se os atores possuírem perfeito acesso a informação e a economia caracterizar-se pela concorrência perfeita, a distribuição dos bens será orientada pelas trocas, em que nenhum indivíduo pode aumentar sua utilidade sem provocar a piora de pelo menos um outro indivíduo.

² Um outro argumento é dado por Bresser-Pereira (2003, p. 9) ao afirmar que a teoria microeconômica neoclássica se transformou em um poderoso instrumento ideológico a serviço de uma burguesia liberal que julga necessário demonstrar a superioridade das economias de mercado perante as economias de controle central.

A formulação da função de produção é a situação representativa em que tal modelo aplica-se. O problema da maximização consiste na obtenção de um *mix* ótimo entre fatores de produção substituíveis (capital e trabalho) que minimize os custos, dado um nível de produção. Embora as situações reais sejam claramente mais complexas, os modelos seguem a mesma lógica: os objetivos são determinados independentemente da ação e seu processo; a questão de como agir é respondida instrumentalmente pela busca de meios ótimos para atingir os fins. Essa interpretação sugere não apenas um modelo teórico, mas aplicações a agendas de pesquisa, elaboração de estudos, teoria das organizações e abordagens teóricas de jogos para cooperação.

Por outro lado encontra-se o que Granovetter (1985) chama de visão “sobre-socializada” ou *argument of embeddedness*³, a qual considera que o comportamento dos indivíduos e das instituições analisadas é influenciado pelas relações sociais contínuas. Sob essa concepção, os agentes são sensíveis a opiniões de outrem, apresentam um certo nível de obediência e dedicação a sistemas consensualmente desenvolvidos, assim como a normas e valores sociais. O autor considera um erro considerar a ação humana e institucional independentes da estrutura social. Coleman (1988) argumenta que o conceito de *embeddedness* proposto por Granovetter (1985) pode ser entendido como uma tentativa de introduzir na análise de sistemas econômicos, organizações e relações sociais não apenas como estruturas que cumprem uma função econômica local, mas como estruturas com história e continuidade e um tanto independentes do funcionamento da economia.

No entanto, dentro da própria corrente que afirma que as relações sociais afetam o comportamento dos indivíduos e suas instituições, existe uma controvérsia. Por muito tempo a visão predominante entre sociólogos, antropólogos e historiadores era de que o comportamento

³ Expressão forjada por Granovetter (1985) de difícil tradução, mas que pode ser compreendida como comprometimento ou “encaixamento”. Lazzarini *et alii* (2000) entendem que a expressão refere-se à noção de que os indivíduos são “encaixados” em uma extensa rede de relacionamentos interpessoais.

humano era fortemente influenciado pelos relacionamentos nas sociedades tribais (*pre-market*) e que tem se tornado cada vez mais autônomo com a modernização das sociedades (substantivistas). Alguns pesquisadores, por sua vez, têm afirmado o contrário, que o nível de *embeddedness* encontrado nas sociedades tribais não é substancialmente maior que o encontrado nas modernas sociedades de mercado (GRANOVETTER, 1985, p. 2).

Diante desse debate, o autor toma a seguinte posição:

My own view diverges from both schools of thought. I assert that the level of embeddedness of economic behavior is lower in nonmarket societies than is claimed by substantivists and development theorists, and it has changed less with ‘modernization’ than they believe; but I argue also that this level has always been and continues to be more substantial than is allowed for by formalists and economists. (GRANOVETTER, 1985, p. 2-3).

Nota-se que o autor toma uma posição intermediária, observando um certo exagero por parte dos substantivistas ao afirmarem que haveria maior influência das relações sociais sobre as ações dos indivíduos; ao mesmo tempo ele crê que tal fenômeno tem sido um contínuo ao longo da evolução da sociedade.

Mas, não obstante o contraste entre as duas visões apresentadas, o autor aponta uma ironia de importância teórica: ambas as concepções têm em comum o fato de os agentes tomarem suas decisões de forma atomizada. Na visão neoclássica a atomização resulta da intensa busca pelo auto-interesse; já na concepção que considera a inserção social dos indivíduos, dados que os padrões comportamentais são internalizados, as relações sociais contínuas têm apenas um efeito periférico sobre o próprio comportamento.

Para Coleman (1988) ambas as visões, neoclássica e sócio-econômica, apresentam falhas. A abordagem neoclássica peca pelo fato de considerar as ações pessoas como dadas, isoladas do

contexto social; a confiança interpessoal, as redes sociais e as normas além de serem importantes para a sociedade, contribuem com o bom funcionamento da economia. Já na visão sócio-econômica, as pessoas são fruto do ambiente, sem uma motivação interna (individual) das ações, o que leva muitas vezes os próprios pesquisados a uma justa auto-crítica.

Vale reproduzir a passagem em que Coleman (1988) expõe sua opinião sobre o debate.

(...) I have argued for and engaged in the development of a theoretical orientation in sociology that includes components from both these intellectual streams. It accepts the principle of rational or purposive action and attempts to show how that principle, in conjunction with particular social contexts, can account not only for the actions of individuals in particular contexts but also for the development of social organization. (COLEMAN, 1988, p. 2)

O autor propõe que os pesquisadores incluam no desenvolvimento teórico componentes das duas correntes, mais precisamente, utilizar o princípio da ação racional na tentativa de mostrar como esse princípio, em um determinado contexto social, pode contribuir para o desenvolvimento da organização social.

A partir de então Coleman introduz o conceito de capital social, justificado como uma “ferramenta conceitual”. O autor justifica a introdução desse novo construto da seguinte forma: caso o ponto de partida for o princípio da ação racional, na qual os indivíduos têm controle sobre determinados recursos e interesses sobre outros recursos e eventos, então o capital social se apresenta como uma forma particular de recurso disponível aos indivíduos (COLEMAN, 1988).

3 CAPITAL SOCIAL

A evolução teórica do conceito de capital social recupera elementos analíticos das ciências sociais, da antropologia, da economia entre outras áreas do conhecimento. Mas é a partir dos anos 1980 que o termo “capital social” passa a ser utilizado com maior rigor. Segundo Castilhos (2002), o surgimento da noção de capital social ocorre em função da caracterização de novas formas de capital. Os recursos que geram renda, como a terra, o trabalho, e o capital físico foram facilmente identificados pelos economistas clássicos como fatores que permitem o crescimento econômico.

Nos anos 1960 alguns autores neoclássicos introduziram a noção de capital humano, argumentando que trabalhadores educados, saudáveis e treinados determinavam como os recursos poderiam ser empregados produtivamente. Note-se que o conceito de capital humano contribuiu para a redefinição dos parâmetros de desenvolvimento humano. Desde então, a determinação dos níveis de desenvolvimento de uma sociedade passou a incluir variáveis sociais, juntamente com as econômicas, já empregadas anteriormente. A economia neoclássica incorporou rapidamente o conceito de capital humano, por este se converter com certa facilidade em dados quantitativos. Capital social, por sua vez, não desfruta dessa facilidade, o que provoca uma certa resistência à sua utilização nas ciências econômicas.

Pierre Bourdieu, considerado o primeiro autor a analisar sistematicamente o capital social, define-o como o agregado do atual ou potencial recurso proveniente de uma forte rede social. Mais dois autores são freqüentemente citados como pioneiros na formulação da teoria do capital social: Coleman (1988) e Putnam (1993), este último com importante contribuição empírica, a qual se discute a seguir.

3.1 A contribuição empírica de Putnam

A revisão da pesquisa de Putnam é importante para a compreensão desta pesquisa por dois motivos. Primeiro, mostra a relevância do capital social como fator explicativo para o melhor desempenho econômico de algumas regiões da Itália (os mecanismos serão explicitados na seção III). Segundo, a regionalização da administração política da Itália, aproximando-se forçosamente, evidencia as vantagens da democratização das decisões políticas. O sistema cooperativo faz isso sob um panorama mais reduzido: democratiza as decisões dentro de uma organização.

Putnam (1993) iniciou os estudos sobre os efeitos socioeconômicos do capital social. O evento que motivou a pesquisa de Putnam foi o processo de descentralização do governo italiano. Em 1970 foram criados quinze novos governos regionais, que se juntaram aos cinco já existentes. Seu trabalho é dividido em duas partes: a) na primeira o autor investiga se a “mudança institucional”, ou seja, o nascimento de novos governos/instituições regionais, influenciam na identidade, no poder e na estratégia dos atores políticos; b) na segunda parte seu objetivo é mostrar como o desempenho institucional é influenciado pelo processo histórico.

A conclusão obtida no primeiro segmento do estudo foi que o processo de mudança institucional provocou uma alteração no comportamento das lideranças políticas regionais. Por meio de entrevistas realizadas pelo autor entre os anos 1970 e 1989 verificou-se um processo gradual de despolarização ideológica. Os líderes regionais passaram a ser mais pragmáticos nas questões técnicas e administrativas em detrimento do pensamento puramente partidário e ideológico. Como resultado da ampliação da autonomia dos governos regionais, os líderes locais tornaram-se mais resistente em seguir a orientação partidária nacional quando ela ia em oposição aos interesses regionais.

Na segunda parte do estudo o autor inverte seu método de investigação. Neste ponto ele parte do raciocínio que os indivíduos influenciam nas instituições, ou conforme suas palavras “as instituições são moldadas pela história”. Partindo da hipótese de que quanto mais cívica⁴ uma comunidade melhor o seu governo o autor conclui, por meio de estudos de casos e aplicação de questionários, que existe uma grande correlação entre grau de civismo da comunidade e o desempenho dos referidos governos regionais.

Dada a longevidade da pesquisa, quase três décadas, Putnam (1996) afirma que foi possível distinguir tendências efêmeras de mudanças estruturais nas novas regiões italianas. Agora os líderes políticos defendem novos ideais, tratam de maneira diferente as questões políticas e colaboram mais com seus parceiros. Os cidadãos e líderes comunitários passaram a cobrar com mais frequência a ação governamental. A “distante” Roma centralizadora de poder até os anos 1970, certamente não favorecia o surgimento dos fenômenos acima citados.

Quanto à qualidade dos políticos e dos governos o estudo destaca dois fatores. O positivo conclui que as novas instituições estão mais próximas da população e de suas realidades locais. Desenvolveram um modo pragmático de moderado de planejamento. Por outro lado, além da eficiência administrativa ter ficado prejudicada, a mudança institucional aparentemente as diferenças regionais entre Norte e Sul. “A reforma livrou do paralisante domínio romano as regiões mais adiantadas, mas deixou que os problemas das regiões mais atrasadas se agravassem” (PUTNAM, pág. 75).

Em 1991 uma importante medida consolidou o aumento da autonomia regional italiana. Naquele ano, a Câmara dos Representantes (deputados) aprovou a extinção de vários importantes ministérios nacionais – Agricultura, Educação, Saúde, Assuntos Sociais e Urbanos – transferindo

⁴ O conceito de comunidade cívica para Putnam (1996) sofre grande influência de A. Toqueville. Comunidade cívica é aquela em que a prática política se aproxima dos ideais de igualdade entre os cidadãos, estes últimos participando ativamente dos negócios públicos.

suas funções para as administrações regionais e mais que duplicando a participação das regiões em todo o orçamento nacional.

Segundo o autor, na região Sul prevalece o relacionamento político clientelístico, no qual as pessoas procuram contato com um político influente para obter vantagens pessoais. Ademais, se interessam pouco por questões de âmbito local, como associações, clubes e administração municipal. Certamente tal situação remonta ao passado autoritário da região, principalmente após a conquista normanda da Sicília. Ao contrário, no Norte o feudalismo foi menos duradouro, tornado-o ambiente propício para a formação de cidades com preceitos mais democráticos e até mesmo republicanos. Os indivíduos têm mais envolvimento com assuntos políticos locais, lêem mais noticiários da própria região, participam mais de associações cívicas e culturais, além de constituírem mais cooperativas em relação ao Sul.

3.2 O Capital Social na agenda de pesquisa recente

Para Arraes e Barreto (2001), a confiança interpessoal permite a criação e participação ativa de associações horizontais – as quais os membros possuem os mesmos poderes igualmente – que auxiliam o bom funcionamento da economia local. Argumentam que resultados não econômicos, como o fortalecimento das relações sociais em uma comunidade, levam geralmente a melhoria do bem estar físico e psicológico. Em consequência, essas melhorias colaboram positivamente para a eficiência econômica e aumento da produção.

Glaeser *et alii* (2001) abordam dois pontos importantes. Primeiro, o capital social tende a ser maior em comunidades específicas e relativamente reduzidas, nas quais a mobilidade de residência dos indivíduos é menor. Segundo, essa forma de capital possui fortes complementaridades interpessoais, o que se poderia chamar de “afinidades”. Conformes os

autores, isso também pode ser válido para os capitais humanos e físicos, mas em nenhum momento seria um pressuposto de complementaridades positivas ser mais forte entre pessoas do que no caso do capital social.

Um maior nível de capital social implica ainda que os indivíduos têm fortalecidas suas relações de confiança e por consequência ações mais éticas em uma comunidade. Dessa forma, contratos em geral são firmados com uma maior facilidade, sem a necessidade de gastos jurídicos e outras despesas. Tem-se então uma redução dos custos de transação em um determinado negócio.

Na agricultura, a presença de associações e cooperativas, por exemplo, fazem com que os produtores tenham acesso mais fácil a mercados e a novas tecnologias, a meios de se conseguir melhores termos de transação, possibilidade de mudança da estrutura de mercado e ainda, a formação de *networks* pode ser determinante no processo de desenvolvimento (ver BEBBINGTON [1999] *apud* BILOSKORSKI NETO, 2001, p. 3). Certamente a atuação isolada de cada agente, principalmente os pequenos produtores, é algo que restringe muito sua capacidade de acesso a mercados de insumos e vendas.

Abramovay (2000) procurou sistematizar os mecanismos de atuação do capital social no desenvolvimento rural. O capital social seria antes de tudo, um tipo de resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva. Parte-se do raciocínio de que as práticas privadas nem sempre funcionam e que por seus interesses imediatos os indivíduos teriam, diante da ação cooperativa, uma conduta de caráter oportunista⁵. Relata ainda que o dinamismo de algumas regiões não consegue ser explicado por análises que incluem apenas dados sobre produção e renda. Os resultados obtidos até aqui são muito incertos, mas assemelham-se pela presença de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas urbanas e rurais.

⁵ Na Teoria dos Jogos essa situação é conhecida como a questão do *free rider*.

Uma inovação que o autor apresenta é a possibilidade de criação de capital social em ambientes onde as raízes históricas não o fomentaram. Pode ser criado, existindo necessariamente organizações que sinalizem aos agentes alternativas às práticas políticas convencionais, como o clientelismo, abuso de poder, corrupção de toda a natureza.

O clientelismo, por exemplo, geralmente se forma em sociedades onde os governantes não estimulam a formação de iniciativas cívicas, em que as redes de relacionamento são a base de tais ações (PERES, 2000). Uma evidência desse fenômeno é a pouca vitalidade do movimento cooperativista na região Nordeste do Brasil, uma região tradicionalmente conhecida pelo seu passado clientelista. O mesmo autor afirma que por meio de investimentos em educação é possível estimular o crescimento do estoque de capital social.

Slangen *et alii* (2004) analisam o papel das instituições e do capital social na agricultura da Europa Oriental. Utilizando resultados do *Sustainable Agriculture in Central and Eastern European Countries* (CEESA), investigam como as instituições e o capital social afetam a performance do setor agrícola nos doze países da Europa Central e Oriental.

Um evento novo nessa região (excetuando-se a Rússia) é a entrada de dez novos países na União Européia (UE). Os novos ingressantes são Chipre, Malta, Polônia, Hungria, Estônia, Letônia, Lituânia, Eslovênia, República Tcheca e Eslováquia. Os oito últimos, juntamente com Bulgária, Romênia, Croácia e Ucrânia constituem os países da Europa Central e Oriental. Os autores lembram que para um país se tornar membro da UE este precisa adotar uma série de medidas, conhecidas como *acquis communautaire*. Requisitos democráticos, estabilidade macroeconômica e relativo alinhamento das políticas fiscais e tributárias são alguns dos condicionantes ao ingresso de um país na UE.

No entanto, os países da Europa Central e Oriental apresentam uma agricultura diferenciada dos outros países tradicionais da UE. Enquanto nos países orientais 21,5% da força

de trabalho está empregada na agricultura, nos ocidentais essa participação é de apenas 4,3%. Ainda, muitos dos antigos membros da UE resistiram à entrada dos orientais na comunidade, principalmente no que tange a Política Agrícola Comum (PAC). Expandir simplesmente os subsídios agrícolas implicaria significativa transferência de renda para os novos membros.

Os autores baseiam-se em três fatores como *framework* de análise do desenvolvimento da agricultura: instituições econômicas, o Estado e o capital social. As instituições são formadas pelo conjunto de regras formais (Constituição, sistema judiciário, direitos de propriedade etc) que regulam interações políticas, econômicas e sociais. Não obstante os fatores culturais, as instituições são produto humano, podendo ser modificadas com o tempo. Pesquisas recentes sobre desenvolvimento econômico têm enfatizado a necessidade de boas instituições, uma vez que estas podem tanto retardar quanto promover o crescimento. Slangen *et alii* (2004) argumentam que na agricultura as regras formais mais importantes são os direitos de propriedade sobre a terra e a água. Num ambiente de instabilidade de direito, ações que promovam a conservação ambiental e novos investimentos são fortemente prejudicadas.

A respeito dos direitos de propriedade mal definidos, a região oeste do estado de São Paulo configura-se um bom exemplo, conforme apresentado por Azevedo (2000, pág. 52). Nas regiões onde se localizam as cidades de Presidente Venceslau e Presidente Prudente a colonização fez sobre terras devolutas, após a promulgação da Lei de Terras de 1850, provocando alguns problemas de definição de direito de propriedade, agravados pelas fraudes ocorridas nos primeiros títulos.

Conseqüentemente muitos títulos estão sob contestação judicial ou são falsos. Por outro lado, mas ainda na região oeste do estado, a colonização da região de Dracena se deu em torno da Ferrovia Paulista, o que contribuiu para uma melhor definição dos direitos de propriedade da

terra. Em ambas as regiões os solos são semelhantes, são arenosos e apresentam problemas de perdas de nutrientes e de erosão com manejo inadequado.

Seria recomendável, então, o plantio de culturas permanentes, uma vez que estas provocam um prejuízo menor para os solos. Entretanto, como não existe plena garantia dos direitos de propriedade na região de Presidente Prudente e Presidente Venceslau, observa-se um predomínio de culturas temporárias, cujo investimento é de curto prazo, reduzindo o risco do produtor. Enquanto na região de Dracena as lavouras permanentes correspondem a 33,2% do valor total da produção, nas outras duas este valor não atinge 4% (dados referentes ao ano de 1995).

No caso da Europa Oriental, duas formas de posse da terra são verificadas: a familiar e a estatal. Para economias transitando da economia planificada para a economia de mercado, ambas as formas podem apresentar problemas. A Polônia, por exemplo, onde as pequenas propriedades são predominantes, sofre muitas vezes reduzidos ganhos de escala, uma vez que as propriedades são pequenas demais. Arranjos contratuais (associações, cooperativas) são necessários para gerar tais ganhos. Na Ucrânia, por outro lado, as propriedades estatais prevalecem; falta de incentivos, incompetência e corrupção são as principais deficiências.

Em seguida, analisa-se o papel do Estado. Obviamente, políticas públicas só podem ser executadas pelo Estado, mas este tem limitações de escopo (legislação a cumprir), de transparência e competência para formular tais políticas. A ação e performance dos governos são essenciais para o progresso econômico. Garantir os direitos de propriedade, as liberdades individuais e prover bens públicos de maneira ótima (educação, saúde, infraestrutura, judiciário) são a base para o desenvolvimento. No estudo, Slangen *et alii* (2004) assumem que se os determinantes de boa governança de um país pode ser identificado, estes também podem ser

usados para avaliar a performance do governo sobre o setor agrícola, “what is good for economic development is good for agriculture” (SLANGEN *et alii*, 2004, pág. 3).

O terceiro fator é o capital social, entendido pelos autores como restrições informais – sanções, costumes, tradições, normas e códigos de conduta. Refere-se ainda às características das organizações sociais, como *networks*, normas, confiança, que facilitam a ação e cooperação para o benefício mútuo (PUTNAM, 1996, apud SLANGEN *et alii*, 2004). Quando se considera o desenvolvimento da agricultura nos países da Europa Central e Oriental não se pode desconsiderar as interações sociais dado que quase todos os países passaram pela experiência comunista. Como exemplo, trabalhadores de fazendas de leite na Ucrânia freqüentemente tomam para si os produtos e vendem uma parte para parentes e conhecidos, que muitas vezes não pagam por isso. Embora aceitável no regime comunista, praticas como esta prejudicam a transição para a economia de mercado.

Foram desenvolvidos três modelos para tentar explicar a performance da agricultura na região, cada um com um indicador particular (participação da agricultura no PIB, participação da força de trabalho do campo sobre o emprego total e taxa de crescimento da agricultura em relação ao crescimento do PIB). Como variáveis independentes foram utilizados índices macroeconômicos tradicionais, como taxa de crescimento do PIB, produto *per capita*, taxa de desemprego, além de tamanho médio das propriedades. Para investigar os efeitos da qualidade institucional e da presença de capital social, foram incluídos índices secundários como índice de liberdade econômica, índice de monitoramento e execução de leis, índice de confiança pessoal e governamental, entre outros.

O estudo conclui que, mesmo para um grupo pequeno de países e ao nível setorial (agrícola) as instituições e o capital social desempenham um importante papel na promoção do desenvolvimento. Em particular, os países que apresentam consistência com relação à proteção

dos direitos de propriedade e liberdade de transação (componentes do índice de liberdade econômica), mecanismos de monitoramento e execução das leis e ações governamentais transparentes e que coíbam a corrupção apresentam agricultura mais desenvolvida.

Portanto, parece ser consenso entre os pesquisadores que o fortalecimento das relações sociais entre os indivíduos de uma determinada comunidade pode colaborar para a promoção do crescimento econômico e desenvolvimento social. Assim, da mesma forma que o capital físico, financeiro, humano e natural dão sustentabilidade conjunta a determinadas iniciativas econômicas, cada um com suas origens e funções conhecidas, a função do capital social poderia ser a de facilitar as relações de mercado.

O grande mérito do capital social, para Woolcock (1998, pág 39), é a possibilidade do aprimoramento de abordagens multi e interdisciplinares de questões sociais, agora com um maior crédito. Para o autor, com o entendimento do capital social, historiadores, cientistas políticos, antropólogos, economistas, sociólogos e formuladores de políticas, podem tentar novamente encontrar uma linguagem comum, que supere o “provincianismo” dos campos do conhecimento e que estimule um debate produtivo.

Por fim, ressalta-se que, ao contrário das outras formas de capital, o social tem aspectos de um bem público com rivalidade *às avessas*, ou seja, quando um membro de uma comunidade se utiliza dele, o seu uso não diminui a disponibilidade para que outros o desfrutem, pelo contrário, aumenta o *estoque*.

3.3 Crítica ao conceito⁶

Manski (2000) analisa as interações sociais sob a perspectiva da economia e da sociologia. Segundo este autor Existe uma ambivalência de opiniões entre os economistas sobre quais interações sociais constituem o domínio da disciplina. A visão mais restrita propõe que a economia é o primordialmente o estudo dos mercados, uma forma particular de instituição na qual as pessoas interagem sob um processo anônimo de formação de preços. A abordagem mais ampla sustenta que a ciência consiste na alocação de recursos e incentivos. Sob essa definição, os economistas podem estudar como os incentivos moldam as interações sociais, que por sua vez afetam a alocação de recursos.

A visão mais restrita prevaleceu até os anos 1970. A Teoria do Equilíbrio Geral (TEG) dominou o *mainstream* acadêmico durante boa parte do século XX em função do seu rigor teórico. Sob a ótica da TEG interações fora do mercado (*nonmarket*) não constituem fenômenos a serem analisados. Estas seriam problemas de mercados incompletos que impediriam a economia de alcançar seu ponto ótimo.

O declínio da hegemonia da TEG começou com importantes avanços em microeconomia, economia do trabalho e macro. O fato marcante é a adoção da Teoria dos Jogos Não-Cooperativos (TJ) como linguagem e ferramenta nas análises dos mercados e outras interações.

A principal consequência da revolução provocada pela TJ é o quase desaparecimento da distinção que os economistas mantinham entre mercados e outras interações sociais. Todas as interações, em potencial, são passíveis de serem analisadas como um jogo; os mercados se constituem um caso especial. Como resultado, recentemente os teóricos têm estudado fenômenos um tanto distantes da tradição econômica.

⁶ Sobre esse ponto, o autor agradece as valiosas sugestões do Prof. Francisco Anuatti Neto.

Como a economia neoclássica procurou formalizar a análise das interações de mercado, aos poucos o *mainstream* da disciplina afastou-se das outras interações sociais, característica da economia institucional. Departamentos de sociologia emergiram para estudar o conjunto de interações fora do mercado que a economia neoclássica julgou estar fora de seu domínio. Manski (2000) afirma que, passado esse tempo, a sociologia já teve tempo para se consolidar como domínio científico separado e desenvolver análises e conceitos mais precisos sobre as interações sociais que lhe dizem respeito.

No entanto o autor argumenta que isso não é bem verdade. Alguns sociólogos descrevem suas análises conforme o pensamento econômico; outros, com muitos conceitos, alguns deles imprecisos. O autor acredita que isso acontece em função da dificuldade que a sociologia encontra em formalizar análises. Enquanto o artigo típico em teoria econômica usa a linguagem matemática para definir conceitos e provar proposições, a maioria dos artigos sociológicos usa exclusivamente a linguagem verbal. Ainda para Manski (2000), o raciocínio verbal é menos preciso que os argumentos matemáticos; a ambigüidade das palavras permite a proliferação de conceitos.

Para o autor o conceito de capital social é um bom exemplo. A controvérsia começa pela sua paternidade (pelo menos sete autores são freqüentemente mencionados primeiros postulantes!). Mas essa questão não tem muita relevância científica, o que importa é sua definição. Argumenta que o principal problema que a análise de capital social enfrenta é que este é mal-definido, com diferentes autores atribuindo diferentes significados ao conceito. Parte dessa ambigüidade consiste se capital social é definido em termos de seus efeitos ou de suas características.

Manski (2000) observa que a questão relevante para os economistas é se “capital social”, “comunidade” e outros conceitos sociológicos conduzem a idéias que estão ausentes do

pensamento econômico moderno – que não podem ser expressas em termos de preferências, expectativas, restrições e equilíbrio. Se sim, os esforços em interpretar esses conceitos podem ser produtivos; caso contrário, os economistas deveriam usar “capital social” como exemplo de ambigüidade.

4 FUNDAMENTOS DA COOPERAÇÃO

4.1 Cooperativas: histórico e definições

Conforme mencionado anteriormente, a formação de associações e cooperativas contribui de maneira positiva para o desenvolvimento local. Seguindo os objetivos deste estudo, quais sejam, de analisar a influência do capital social – manifestado por uma cooperativa – sobre o processo de modernização da agricultura e sobre a estrutura produtiva da região Sudoeste de Goiás, faz-se necessário um aprofundamento em cooperativas, seu histórico, suas doutrina e estrutura de governança.

Segundo definição da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), uma cooperativa é uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações de caráter econômico, social e cultural comuns, por meio de uma empresa de propriedade comum e gerida democraticamente.

No entanto, antes de serem apresentados mais detalhadamente o histórico e os conceitos do cooperativismo, faz-se necessária uma breve discussão sobre o contexto em que as cooperativas agropecuárias – foco deste estudo – estão inseridas. Ao longo das últimas três ou quatro décadas o setor agrícola deixou de ser auto-suficiente. Com o advento da “Revolução Verde”, processo caracterizado pela intensa utilização de defensivos e fertilizantes, as unidades agrícolas passaram a ser administradas com profissionalismo cada vez maior, necessidade básica para a manutenção da competitividade.

A agricultura, que antes poderia ser considerada uma atividade de subsistência e de baixa complexidade, está cada vez mais dependente das indústrias de processamento e insumos e dos mercados consumidores.

De que forma esse contexto se insere na compreensão do cooperativismo? Conforme Bialoskorski Neto (2000, pág. 236), temos que: “As economias empresariais cooperativas estão situadas entre as economias particulares dos cooperados, por um lado, e o mercado, por outro, aparecendo como estruturas intermediárias, formadas a partir da ação coletiva espontânea”.

Dessa forma, as cooperativas – em especial as agropecuárias – desempenham um papel de integração do cooperado (produtor) à cadeia produtiva. Sua missão primordial seria a de incrementar a economia particular dos associados.

Desde os primórdios da história da humanidade existem relatos de associações entre pessoas com o objetivo de realizar alguma atividade (tribos indígenas e antigas civilizações). No entanto, a primeira cooperativa como conhece-se hoje, foi formalmente concebida na cidade de Rochdale, próxima a Manchester, Inglaterra. Em plena Revolução Industrial, depois de uma tentativa malsucedida de greve em busca de melhores salários e condições de trabalho, um grupo de tecelões decidiu rever sua situação de dependência e constituiu uma organização empresarial particular, chamada de cooperativa.

A organização era fundada sobre princípios de solidariedade, igualdade e democracia; a cada membro caberia um único voto, independente de sua participação na cooperativa. O órgão máximo de decisão interna era a assembléia-geral. Não se buscava o lucro nos negócios, o objetivo principal seria o apoio e a prestação de serviços aos membros, como uma empresa social.

Foi este, então, o primeiro passo para expansão do cooperativismo na Inglaterra e por outros países. Atualmente tem-se a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), maior e mais antiga organização não-governamental do mundo, uma organização que tem por objetivo incentivar o cooperativismo pelo mundo e preservar suas doutrinas fundamentais, as quais veremos mais adiante (BIALOSKORSKI NETO, 2000, p. 236-240).

No Brasil, a primeira cooperativa data de 1891, denominada Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, na cidade de Limeira, São Paulo. São regidas por uma lei específica, a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, na qual se define em seu artigo terceiro a cooperativa como uma organização sem objetivo de lucro. Nessa mesma lei pode-se encontrar todos os princípios fundamentais e doutrinários do cooperativismo, como a adesão voluntária, livre entrada e saída dos membros, impossibilidade de comercialização das quotas-partes subscritas⁷, não discriminação política e religiosa, cada membro tem direito a um voto, além de considerar a assembléia geral o órgão máximo de decisão da cooperativa (BIALOSKORSKI NETO, 2001b).

De acordo com Bialoskorski Neto (2001, p. 61) a organização cooperativa é caracterizada por princípios e valores discutidos pelos socialistas utópicos associacionistas, em parte influenciados pelo pensamento iluminista. Entre esses pensadores encontram-se Charles Fourier, Louis Blanc e William King. No entanto a forma e a estrutura doutrinária da primeira cooperativa, em Rochdale, são fruto direto dos preceitos desenvolvidos pelos pensadores, na verdade, são resultado da experiência prática popular de associações de interesse.

Os valores que norteiam as cooperativas são a ajuda e responsabilidade próprias, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos outros (ACI, 2003). Os princípios que balizaram a *Rochdale Society*

⁷ A quota-parte subscrita é o pagamento que o indivíduo faz a cooperativa no momento em que se torna membro da mesma. Não pode ser negociada como uma ação, dá direito a um voto na assembléia geral e a responsabilidade do membro é limitada ao valor da quota-parte.

of *Equitable Pioneers*, e por conseqüência todos os empreendimentos cooperativos que se seguiram, são⁸:

1. Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações abertas à todos os indivíduos em condições de arcar com as responsabilidades como membro, sem discriminação de sexo, raça ou religiosidade;
2. Gestão democrática: os membros devem gerir democraticamente as cooperativas, além de participarem ativamente nas tomadas de decisões e elaboração de políticas. Cada membro tem direito a um voto. Alguns membros podem ser eleitos como representantes de outros, assumindo total responsabilidade sobre estes.
3. Participação econômica dos membros: os membros colaboram igualmente com o capital no ato de formação da cooperativa e controlam-na democraticamente. Ao menos parte do capital é propriedade comum da organização. Os membros recebem uma remuneração, se a houver, proporcional ao capital subscrito como condição para adesão;
4. Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas, controladas exclusivamente por seus membros. Caso a cooperativa firme acordo com outras instituições ou com o poder público, deve fazê-lo de modo que não perca sua autonomia, mantendo o poder de decisão sobre seus membros;
5. Educação, formação e informação: as cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros, dirigentes, representantes e funcionários para estes possam contribuir cada vez mais eficazmente para o desenvolvimento da organização e do

⁸ Os princípios mencionados fazem parte da “Declaração sobre a Identidade Cooperativa” elaborada pela Aliança Cooperativa Internacional.

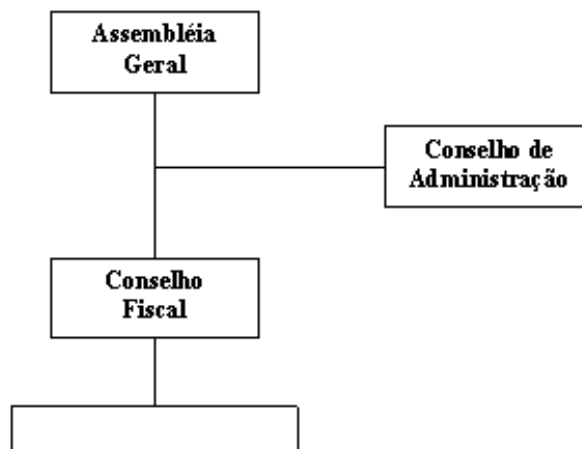
cooperativismo. É também um valor do cooperativismo informar ao público em geral as vantagens da cooperação;

6. Intercooperação: os membros serão melhor servidos se as cooperativas promoverem alianças com outras cooperativas, estruturas locais, regionais ou nacionais;
7. Interesse pela comunidade: as cooperativas colaboram com o desenvolvimento sustentado de suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos seus membros.

Por muitos anos o princípio de “modificar a ordem econômica” fez parte da doutrina cooperativa. De orientação nitidamente revolucionária, este já não faz mais parte do rol de princípios fundamentais do cooperativismo.

As cooperativas estão presentes nos vários setores da economia, segmentadas em ramos como o agropecuário (associação de produtores rurais), o da saúde (associação de profissionais da medicina que prestam serviços por meio de planos de saúde), o de consumo (pessoas que se organizam para comprar produtos em grande quantidade e assim conseguir preços melhores), o habitacional (pessoas que se organizam com o intuito de construir unidades habitacionais), o de trabalho (profissionais que prestam serviços, em geral “terceirizados”), o de transporte, de produção, entre outros.

Apesar de atuarem nos mais diversos ramos citados acima, as cooperativas possuem uma estrutura de governança até certo ponto comum, apresentando variações ou adaptações conforme sua atividade. Uma cooperativa representativa possui sempre um organograma básico organizacional, como apresentado na figura abaixo.

Figura 1: Organograma fundamental das cooperativas

Fonte: adaptada de Bialoskorski Neto, 2000.

A Assembléia Geral é o órgão máximo de decisões, cabendo a cada membro um voto. Um Conselho Fiscal, também composto por membros da organização, tem como função fiscalizar a execução orçamentária da cooperativa. Por fim, o Conselho de Administração destinado exclusivamente à gestão do empreendimento cooperativista.

Diferente das companhias de capital aberto onde propriedade (acionistas) e controle (executivos) estão separados, numa cooperativa isso não acontece. Nelas o cooperado exerce, simultaneamente, as funções de usuário ou cliente da empresa e de seu proprietário ou gestor.

4.2 Cooperativismo e externalidades: abordagem teórica

As externalidades geradas pelas cooperativas é um argumento que perpassa por todo este estudo. No contexto estudado, as externalidades seriam resultados da atividade cooperativa enquanto organização coletiva.

Em geral, os mercados são boas formas de se organizar a atividade econômica. A livre transação de mercadorias e fatores permite que a economia como um todo opere eficientemente. Em tais condições, a variável *preço* absorve todas as informações de determinado mercado. No entanto, existem casos que isso não ocorre. A ação de alguns agentes econômicos – indivíduos ou organizações – afeta a atividades de outros agentes; impacto este não sinalizado claramente pelo mercado.

Pindyck e Rubinfeld (1999, pág. 701) definem as externalidades como “os efeitos das atividades de produção e consumo que não se refletem diretamente no consumo”, ou ainda, constituem-se num tipo de falha de mercado caracterizada pelo impacto da ação de um agente sobre outro, que por sua vez, não participa da mesma (MANKIWI, 1999, pág. 206).

As externalidades podem ser classificadas quanto à sua natureza – externalidades do consumo ou da produção – e quanto aos seus efeitos, positivos ou negativos. Uma externalidade positiva no consumo, por exemplo, é aquela resultante do consumo de educação, que por vez leva a uma série de benefícios como melhores governos, trabalhadores mais produtivos etc. Por outro lado, o consumo de drogas, socialmente aceitas ou não, gera externalidades negativas, como acidentes automobilísticos e propagação de violência⁹.

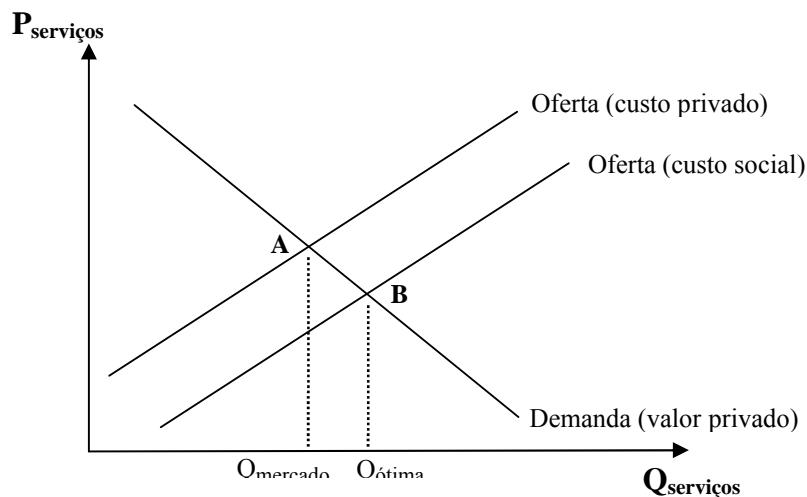
As externalidades na produção são as mais conhecidas. Como externalidade negativa pode-se citar a emissão industrial de poluentes nos rios que piora a qualidade da água e prejudica a pesca. Em casos como esses, o custo social da atividade industrial poluente é maior que o custo privado, pois, como custo social entende-se o custo privado adicionado dos custos que os indivíduos têm com a degradação de sua qualidade de vida. É comum a intervenção estatal (regulação, legislação etc.) no sentido de *internalizar*, ou seja, modificar os incentivos de forma que os agentes levem em consideração os efeitos de uma externalidade negativa. Determinação

⁹ Exemplos adaptados de Mankiw (1999).

de níveis toleráveis de poluição, instalação de filtros, multas, permissões ou cotas transacionáveis são as medidas geralmente adotadas.

Com relação às externalidades positivas na produção, categoria que enquadra-se a atividade cooperativa, a análise é feita inversamente. Para exemplificar, tome-se a agricultura e as cooperativas. Como mercado de manifestação da externalidade, suponha-se um mercado que reúna uma série de serviços que os produtores demandam, como assistência técnica, provisão de insumos. Acrescente-se ainda o fato das cooperativas agropecuárias serem importantes sinalizadoras de preços dos produtos, característica esta que não se classifica exatamente como um “serviço”. Graficamente tem-se:

Figura 2: Cooperativismo como externalidade positiva da produção



Dada uma curva de demanda privada por serviços, a quantidade de serviços provida pelo mercado é dada por Q_{mercado} . Quando ocorre externalidade positiva na produção, os agentes que não estão envolvidos diretamente no mercado também são beneficiados, tornando os custos sociais menores que os custos privados.

Como as cooperativas agropecuárias geralmente mantêm um ativo departamento de extensão rural, as melhorias obtidas (novas técnicas de plantio, por exemplo) não ficam restritas apenas aos cooperados, mas *transborda* para a agricultura da região¹⁰. Ao instalar lojas de insumos, tais organizações são capazes também de influenciar, na maioria das vezes para baixo, os preços de defensivos, fertilizantes etc. Dessa forma, a quantidade de serviços que realmente é oferecida, $Q_{ótima}$, é maior que $Q_{mercado}$, dados os efeitos da externalidade positiva.

4.3 Cooperativismo e desenvolvimento econômico

O conceito de desenvolvimento econômico ainda encontra-se em fase de consolidação teórica. Pode envolver muitas facetas – crescimento da renda per capita, acesso à saúde e educação, moradia – mas caminha-se para um consenso que não apenas um desses fatores determina o quão desenvolvida é uma sociedade.

Sen (2000) apresenta uma definição que procura agrupar essas variáveis, qual seja, tanto mais desenvolvida será uma sociedade quanto maior forem as liberdades individuais. No entanto, buscar uma definição adequada de desenvolvimento não é o objetivo desta seção, mas sim tentar explicitar quais os mecanismos que levam uma sociedade portadora de capital social ser bem sucedida no processo de desenvolvimento econômico.

Na seção 2 viu-se quais são as situações em que um maior estoque de capital social geralmente se manifesta. Putnam (1996) argumenta que algumas regiões do norte da Itália apresentam uma estrutura social fortalecida em função de seu passado com relativa tradição democrática, relações políticas menos clientelísticas, maior interesse dos cidadãos por questões

¹⁰ As instituições públicas de pesquisa, como a Embrapa, também têm importante papel na difusão de avanços tecnológicos na agricultura.

locais que nacionais etc. Os reflexos atuais seriam um maior número de associações culturais, clubes esportivos e cooperativas. De acordo com estudo empírico realizado tomando-se por base o modelo desenvolvido por Glaeser *et alii* (2001), estes autores concluíram que pessoas que investem em capital humano também adquirem capital social, corroborando o que Coleman (1988) havia proposto.

Relações causais citadas por Peres (2000) são relevantes para entender os benefícios de um maior nível de confiança mútua. Quanto maior a confiança entre as pessoas¹¹, maior a taxa de mortalidade nas diversas faixas etárias da população e, portanto, menor o estoque de capital humano; participação proporcional em associações voluntárias está inversamente correlacionado com mortalidade.

Dessa forma, um maior nível de capital social está associado ao correspondente em confiança. Dado que os indivíduos consideram sua reputação um bem a ser preservado, ações oportunistas se tornam cada vez mais raras. No domínio econômico também podem ser identificadas vantagens de um maior nível de confiança. Dado que toda transação envolve um certo grau de confiança entre os agentes (qualidade do produto ou serviço, garantia de entrega, garantia de pagamento), uma comunidade detentora de um maior estoque de capital social precisa recorrer menos à elaboração de contratos formais, mecanismos legais de *enforcement*, fiadores etc. Reduz-se então os custos de transação e monitoramento, liberando recursos para outras atividades.

Em comunidades onde a confiança é maior, onde as informações fluem com maior facilidade, em suma, onde existe um maior estoque de capital social, as pessoas tendem a se organizar em associações, clubes, sindicatos etc. Elas identificam interesses comuns com maior facilidade e percebem os resultados que podem obter com determinados ganhos de escala, acesso

¹¹ Medida pela concordância à pergunta “a maioria das pessoas não merece confiança”

a mercados, viabilização de negócios e manutenção de salários. Se o objetivo for econômico, as organizações que emergem são as cooperativas.

A organização cooperativa tem como principal característica a gestão democrática dos recursos e das atividades. Cada membro (cooperado) tem poder igualitário de decisão, diferentemente das empresas convencionais, baseadas no capital. Nelas o poder de decisão corresponde ao quanto de capital cada membro (sócio) possui na empresa. Basicamente, a decisão de se constituir uma cooperativa está fundamentada em dois aspectos. Primeiro, os indivíduos identificam interesses comuns e concluem que unidos podem auferir melhores resultados econômicos.

Benecke (1980, pág 180-193) apresenta os fatores que tornam a cooperativa um importante instrumento de integração regional. Segundo o autor, a insuficiente integração regional é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico nas nações subdesenvolvidas. O cooperativismo, entendido como um mecanismo de auxílio à integração regional, sustenta-se, segundo o autor, por três razões:

a) *Organização*: as cooperativas integram e coordenam as atividades dos indivíduos localmente, reunindo maior número de compradores e vendedores. Dados sobre oferta e demanda de produtos podem ser captados mais facilmente, o que permite, por sua vez, uma planificação mais eficiente. Com a organização dos indivíduos está criada a condição para que uma região menos desenvolvida se integre às mais avançadas de um país.

b) *Ideologia*: em razão dos fundamentos ideológicos comuns, as cooperativas são organizações que se agrupam em associações mais facilmente¹². A forma de integração que costuma ocorrer é cooperativas primárias aderindo às cooperativas de segundo grau (federações,

¹² Este fenômeno está formalizado no sexto princípio cooperativo da Aliança Cooperativa Internacional, qual seja, o da Intercooperação.

centrais etc). Pode-se afirmar que também nas cooperativas de segundo grau a tomada de decisão segue os princípios democráticos, portanto, as cooperativas de localidades menos desenvolvidas terão suas necessidades respeitadas.

c) *Função*: na maioria das vezes, os objetivos das cooperativas estão alinhados com as conseqüências acima mencionadas. A redução dos desequilíbrios de oferta e demanda de seus associados é uma meta das cooperativas. As centrais querem que as organizações filiadas sejam cada vez mais dinâmicas, para que sua situação também melhore.

Na agricultura, por exemplo, os produtores rurais operam em um ambiente de elevada concorrência, no entanto, defrontam-se com poucos vendedores de insumos e poucos compradores de seus produtos. Uma alternativa adotada pelos produtores é se organizarem em associações ou cooperativas e dessa forma garantir um certo poder de negociação. Em segundo lugar, os indivíduos devem concordar em transferir o poder de decisão do plano pessoal para o coletivo. Não significa que o indivíduo aliena sua capacidade de decisão, mas sim ele passa a compartilhá-la com outros. E para isso, deve haver um nível maior de confiança entre aqueles que desejam formar uma organização cooperativa.

No exemplo citado acima, os agricultores se unem para garantir poder de mercado. Mas este não é único benefício que eles podem auferir. As cooperativas podem gerar uma série de externalidades positivas. Centralizando as operações comerciais em uma cooperativa, os produtores podem manter os preços de seus produtos em um nível mais elevado. Algumas dessas organizações montam inclusive sua própria planta industrial, sendo essa iniciativa um importante elemento de irradiação de novas atividades na região, como fornecimento de peças, prestação de serviços de manutenção entre outras.

Um outro benefício é a redução da assimetria de informação, uma vez que a cooperativa consegue captar informações do mercado e facilmente repassar a seus cooperados. Os ganhos de

escala obtidos pela organização, dada a centralização das atividades e a redução dos custos de transação e monitoramento, liberam recursos para outras atividades. Cita-se o caso da COMIGO, que em 2000 inaugurou o Centro Tecnológico COMIGO (CTC), em parceria com grandes empresas de melhoramento genético, fertilizantes e implementos. O CTC visa desenvolver novas tecnologias de manejo do solo, plantio, novas variedades de sementes e máquinas com melhor desempenho.

Apesar de tanto cooperados quanto não cooperados usufruírem os benefícios da organização, os cooperados têm acesso a esses benefícios de maneira mais rápida. Pelo fluxo natural de informações, uma nova técnica de plantio, por exemplo, desenvolvida pelo centro tecnológico da cooperativa será usada primeiramente pelos seus membros, em seguida os outros produtores, conforme a disseminação da nova técnica.

Evidências indicam que cooperativas colaboram positivamente na renda média dos produtores. Outra questão verificada em modelos econométricos é a existência de uma forte correlação positiva entre presença de cooperativas, valor da produção, níveis de educação e menor desigualdade na posse de terra. Diante dessas evidências, pode-se concluir que as cooperativas são importantes para promover a distribuição de renda, em especial na agricultura (BIALOSKORSKI NETO, 2001). Dadas estas externalidades, toda a economia local se beneficia, via disseminação de novos negócios, desconcentração e elevação da renda e melhoria de infraestrutura.

O desenvolvimento local não se encerra com o crescimento da renda. Boas instituições e rede social fortalecida são elementos-chave. Apesar de ser um campo de pesquisa ainda relativamente recente, os trabalhos, em geral, destacam essa dupla vantagem do capital social: promover melhoria institucional e desenvolvimento econômico.

5 A ORGANIZAÇÃO DE COOPERATIVAS E ESTUDO DE CASO

5.1 A lógica da organização de cooperativas agropecuárias

Esta sub-seção tem por objetivo discutir os fatores econômicos e sociais que influenciam na criação de organizações cooperativas na agricultura. Tais organizações podem refletir muitos aspectos de uma região ou de uma comunidade, alguns difíceis de identificar. No entanto, é possível considerar os três principais, sem a pretensão de ordená-los. Estes seriam (a) o comportamento dos preços dos insumos e produtos; (b) a estrutura de mercado em que os produtores estão inseridos e (c) as características sociais ou o capital social, conforme investiga-se neste estudo.

Diante de um ambiente desfavorável de preços de insumos e produtos, os produtores consideram a cooperativa como uma alternativa à ação econômica individual. Por meio dela, os membros conseguem vantagens na aquisição de insumos, que contribuem para o incremento da produtividade. É o que se conhece como aumento do poder de barganha. A agricultura, em geral, caracteriza-se por ser uma atividade altamente concorrencial, onde a ação individual de um produtor pouco pode afetar a formação dos preços (diz-se que estes são *price-takers*). Uma maneira de aumentar a renda, portanto, é minimizar os custos de produção.

A estrutura de mercado também influi na formação; como exemplo, considera-se dois casos, oligopólio e oligopsônio. Sob a ótica dos produtores, uma situação de oligopólio se configura quando estes só conseguem adquirir insumos e equipamentos de poucos fornecedores, os quais certamente praticarão preços superiores aos do mercado concorrencial. Em oligopsônio, os produtores só conseguem vender seus produtos a um número reduzido de compradores, que por sua vez receberão a produção a um preço inferior ao do mercado. Em ambas as situações os

produtores estão numa situação desfavorável, ou seja, limitados a agir conforme as variações do mercado. Nesse sentido, a cooperativa se apresenta como uma alternativa: associados, os produtores deixam de estar isoladamente prejudicados e passam a estar conjuntamente beneficiados.

O capital social da comunidade constitui-se uma terceira possibilidade. Em grupos onde o nível de coesão social é maior, os indivíduos estão mais propensos à agir coletivamente, uma vez que estes identificam melhor suas necessidades comuns. Seria esta a explicação para a organização de cooperativas mesmo em ambientes onde preços e estruturas de mercado não são muito favoráveis.

Como explicitado acima, pode-se propor um modelo para a organização de cooperativas agropecuárias:

$$OC = f [RA, EM, CS] \quad (1)$$

Em que

OC é a presença de organizações cooperativas;

RA é a renda agrícola;

EM a estrutura de mercado e

CS o capital social.

As derivadas de primeira ordem se comportam como

$$\frac{\partial OC}{\partial RA} < 0$$

$$\frac{\partial OC}{\partial EM} < 0$$

$$\frac{\partial OC}{\partial CS} > 0$$

A organização de cooperativas (OC) ocorre em função do comportamento da renda agrícola (RA), da estrutura de mercado (EM) e de capital social (CS). O comportamento da renda agrícola está associado à relação entre os preços pagos e recebidos pelos produtores; a estrutura de mercado está relacionada ao grau de concentração das atividades de venda de insumos e aquisição de produtos; a coesão social associa-se à confiança existente entre os indivíduos, ou seja, a disposição destes em participar de associações etc. Conforme discutido na sub-seção II.3, tratar de variáveis que expressam características da rede social geralmente envolve alguma forma de aproximação.

Quanto maior o índice de preços pagos pelo produtor, maior o incentivo para os produtores se associarem; quanto maior a concorrência entre compradores de produtos e fornecedores de insumos, menor o incentivo para a criação de cooperativas; quanto maior a coesão social da comunidade de produtores, maior o incentivo.

Expor esses três fatores como mutuamente excludentes seria uma proposição não consoante com a realidade. Acredita-se que em determinada região haverá a predominância de um dos três fatores, sem excluir a possibilidade de interação entre eles.

A seguir, analisa-se alguns condicionantes econômicos (renda e estrutura de mercado) da produção da soja, com o intuito de apurar como se deu a formação da cooperativa apresentada no estudo de caso.

Dois índices são freqüentemente utilizados para mensurar a dinâmica dos preços na agricultura. São eles, o índice de preços recebidos pelos produtores (IPR) e o índice de preços pagos por eles (IPP). Conforme definição da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2004), o IPR reflete o comportamento médio dos preços recebidos pelo setor agropecuário, constituindo-se pelos produtos da pecuária e da lavoura, sendo estes decompostos e amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e demais lavouras. O IPP, de outro lado, é

o índice mensal dos preços médios dos principais insumos agrícolas, pagos pelo agricultor aos comerciantes, excluindo as despesas de frete até o destino do comprador, coletados no dia 15 de cada mês ao nível de município. Dessa forma, a relação IPR/IPP mostra o que está acontecendo com a renda da agricultura. Por exemplo, se o preço dos produtos cai, ou se os preços dos insumos sobem, IPR/IPP se reduz, caindo, portanto a renda. Conforme apresentado anteriormente, esta relação será um dos determinantes para a criação de cooperativas agropecuárias.

Um pressuposto importante é que a análise que segue refere-se à dinâmica dos preços da soja, principal produto da região de estudo e do Centro-Oeste brasileiro, como confirmado na tabela abaixo. Ela apresenta a participação da soja na lavoura temporária das localidades selecionadas entre os anos de 1990 e 2001. Não foi possível o acesso a dados para anos anteriores, ao nível microrregional.

Tabela 1: Participação da soja na área plantada de lavouras temporárias

Localidade	1990	1995	2001
Centro-Oeste	53,51%	56,26%	57,03%
Sudoeste de Goiás	63,15%	55,18%	55,65%
Vale do Rio dos Bois	23,19%	37,01%	47,57%
Meia Ponte	40,76%	43,60%	59,21%
Pires do Rio	46,40%	61,71%	73,54%
Catalão	59,33%	62,97%	68,44%
Quirinópolis	28,82%	40,37%	51,67%

Fonte: IBGE

A soja é um grão mundialmente consumido, e como tal, é negociado em grande volume entre países produtores e consumidores. As bolsas de futuros têm importante papel na comercialização da soja e de outras commodities por reduzir o risco inerente à atividade. No caso da soja, a formação de seu preço se dá, historicamente, na *Chicago Board of Trade* (CBOT), em

função da elevada liquidez dos contratos negociados, da participação dos Estados Unidos na produção global e por reunir os principais *traders* mundiais. Segundo informe técnico da BM&F (2004), tomando por base dados da CBOT e dos preços negociados no porto de Paranaguá, “o preço no Brasil tem-se comportado de maneira próxima ao preço daquela bolsa [CBOT] que, devido à histórica participação dos EUA na oferta mundial, reflete as forças internacionais de oferta e demanda”. Dessa forma, as regiões mais afastadas do porto de embarque possuem preços menores que as mais próximas, pois para que sua produção esteja ajustada aos preços de mercado, deve-se observar a seguinte relação:

$$P_{\text{FOB}} = \text{constante}$$

$$PR_x = P_{\text{FOB}} - T_x$$

$$PR_{2x} = P_{\text{FOB}} - T_{2x}$$

$$PR_{3x} = P_{\text{FOB}} - T_{3x}$$

...

Em que:

P_{FOB} é o preço da soja no embarque (*free on board*), quase a totalidade em Paranaguá/PR;

PR_x é o preço recebido pelos produtores a x quilômetros de distância do embarque;

T_x é o custo de transporte (x quilômetros) da soja até o embarque;

Sucessivamente para PR_{2x} , T_{2x} ...

O custo de transporte considerado se refere apenas ao frete, uma vez que pressupõe-se constantes os custos com outros fatores envolvidos na transação, como impostos, contratos e despesas com estocagem.

No caso dos insumos, a lógica é semelhante à anterior. Seus preços também são formados nacionalmente (constantes), embora localidades mais distantes paguem o custo de transporte.

$$P_{\text{INS}} = \text{constante}$$

$$PP_x = P_{\text{INS}} + T_x$$

$$PP_{2x} = P_{\text{INS}} + T_{2x}$$

$$PP_{3x} = P_{\text{INS}} + T_{3x}$$

...

Em que:

P_{INS} é o índice de preço de determinada “cesta” de insumos

PP_x é o preço pago pelo produtor distante x quilômetros, por estes insumos;

T_x é o custo de transporte, referente a x quilômetros;

Sucessivamente para PP_{2x} , T_{2x} ...

A renda dos produtores, então, se comporta da seguinte forma (Q_p é a quantidade produzida e Q_i a quantidade adquirida de insumos)

$$\text{Renda}_x = PR_x Q_{p_x} - PP_x Q_{i_x}$$

$$\text{Renda}_{2x} = PR_{2x} Q_{p_{2x}} - PP_{2x} Q_{i_{2x}}$$

$$\text{Renda}_{3x} = PR_{3x} Q_{p_{3x}} - PP_{3x} Q_{i_{3x}}$$

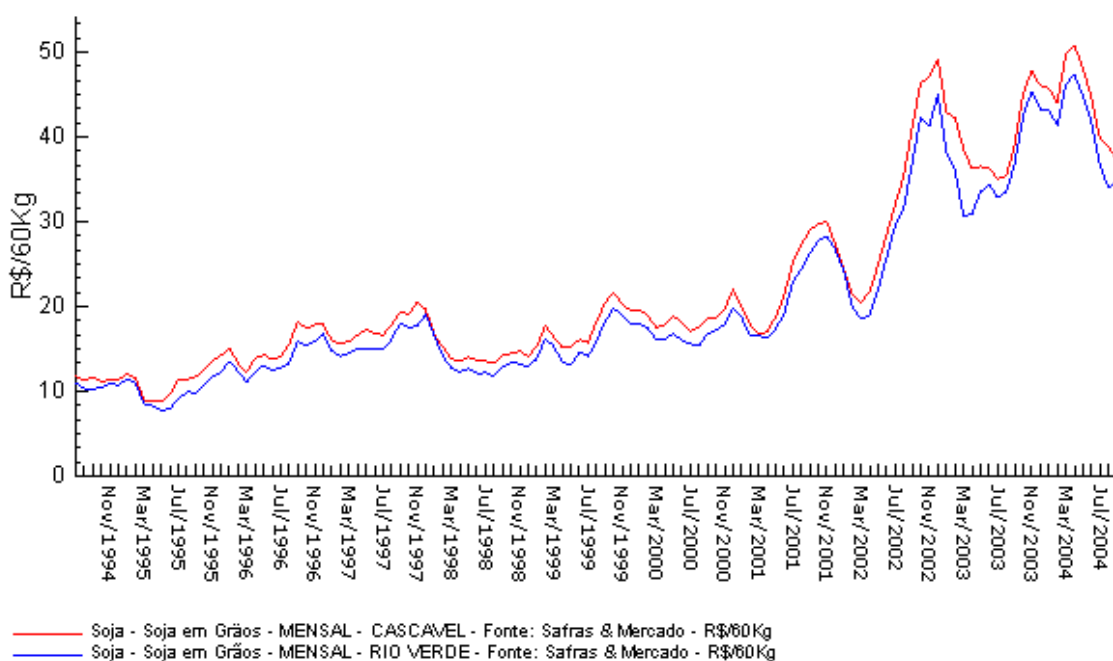
...

Como conseqüência:

$$\text{Renda}_x > \text{Renda}_{2x} > \text{Renda}_{3x} > \dots > 0 \quad (2)$$

Tal efeito sobre a renda dos produtores pode ser observado no gráfico abaixo, que apresenta a evolução do preço (em reais) da soja nas cidades de Cascavel/PR, mais próxima à Paranaguá/PR, e de Rio Verde/GO, principal cidade do Sudoeste de Goiás (1994 a 2004). Nota-se que os preços variam quase que igualmente, apresentando um diferencial constante em favor de Cascavel/PR.

Gráfico 1 – Preço da soja em Cascavel/PR e em Rio Verde/GO¹³

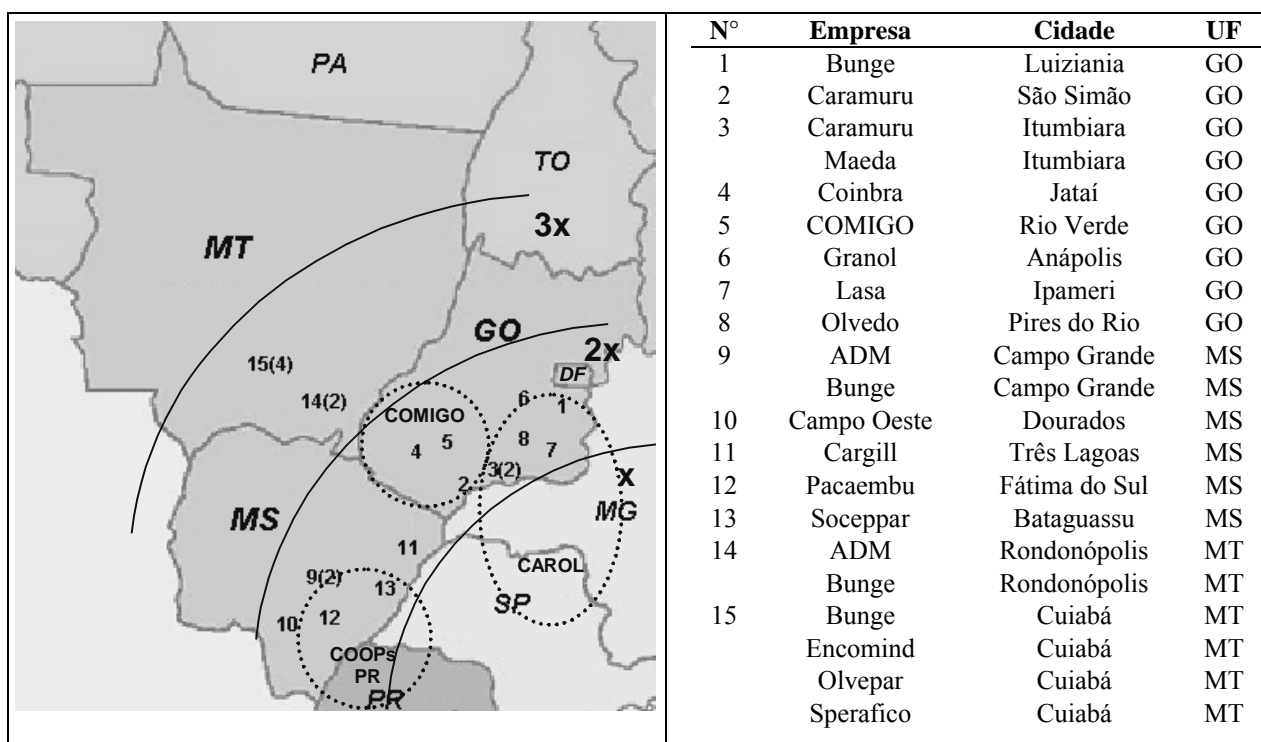


Dada a forte influência locacional na produção, tem-se que quanto mais distante uma região dos principais centros, menor a renda obtida pelos produtores. Uma alternativa à exportação do produto é tentar processá-lo em unidades próximas às regiões produtoras, reduzindo assim os custos de transporte e aumentando a renda do agricultor.

¹³ Este gráfico foi elaborado no site da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE – www.fazenda.gov.br/seae), por meio de um dispositivo do próprio site. Os dados são restritos à consultoria Safras & Mercados.

No mapa abaixo vê-se a localização das processadoras de óleos vegetais do Centro-Oeste, além das áreas de atuação das cooperativas do norte do Paraná e da CAROL, de Orlandia/SP¹⁴, conforme os círculos tracejados. Segundo Castro (2003), a localização de tais unidades apresenta duas principais características: i) é relativamente recente e acompanha a expansão da cultura da soja no cerrado e ii) as unidades estão inseridas na lógica de integração das cadeias produtivas do farelo/ração à base de soja com as cadeias de produção de carne (bovinos, suínos e aves).

Figura 3 – Localização das unidades processadoras de soja do Centro-Oeste



Fonte: adaptada de Castro (2003, pág. 8)

De acordo com a listagem acima, vê-se que a COMIGO – empresa nº 5 no mapa – é a única cooperativa que processa o grão no Centro-Oeste. Dadas as condições apresentadas

¹⁴ As principais cooperativas do norte do Paraná são a COAMO e a COCAMAR. Também são processadoras de óleo de soja e captam parte do produto em Mato Grosso do Sul. Com a CAROL acontece o mesmo, atuando principalmente na região da Alta Mogiana no estado de São Paulo, mas recentemente vem expandindo suas atividades para o Triângulo Mineiro e Sul de Goiás.

anteriormente, não seria um exagero esperar a existência de outras cooperativas que além de prestar serviços ao produtor/cooperado no plantio e na venda, também oferecesse a possibilidade de industrialização da soja, agregando maior valor à *commoditie*.

Surgem, assim, algumas possibilidades de explicação para o fato. Primeiro, o estabelecimento das unidades empresariais (não-cooperativas) de processamento da soja pode representar uma barreira à constituição de cooperativas. Em segundo lugar a microrregião Sudoeste de Goiás, onde se localiza a COMIGO, apresenta 54,88% dos produtores rurais associados à alguma organização cooperativa (ver seção IV). Pode-se supor, então, que a formação da cooperativa na região, não se deu prioritariamente por fatores econômicos, mas em função do estoque de capital social dentre os produtores rurais, o que confirmaria a validade da terceira variável proposta no modelo teórico de organização de cooperativas, discutido no início desta sub-seção.

5.2 Estudo de caso: Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano

A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda, sediada na cidade de Rio Verde, Goiás, exerce suas atividades em uma extensa região no Sudoeste de Goiás. Ela constitui-se um bom estudo de caso sobre a influência do capital social sobre a agricultura uma vez que é a maior cooperativa agropecuária de Goiás (4221 cooperados em 2004) e uma das maiores do Centro-Oeste¹⁵. A cooperativa possui unidades de armazenamento e venda de produtos nos municípios de Acreúna, Indiará, Jandaia, Jataí, Montividiu, Paraúna, Santa Helena e Serranópolis.

¹⁵ Segundo edição Melhores e Maiores de EXAME (2003), a COMIGO é a quarta empresa privada em faturamento do Centro-Oeste.

A origem da cooperativa remonta a 1974, quando um grupo de produtores rurais com dificuldades de adquirir sacaria para o arroz e ainda com problemas de secagem e comercialização, discutia a possibilidade de solucionar estes problemas por meio de uma organização cooperativa. Até então a comercialização do arroz era feita diretamente com cerealistas do Triângulo Mineiro, os quais, na maioria das vezes, determinavam o preço de transação do produto.

Conforme análise de Brum e Wedekin (2002), essa particular rede de interesses foi formada por produtores que estavam dispostos a criar condições mais favoráveis para suas atividades, mesmo que estas significassem uma transferência de poder de decisão da esfera particular para a nova organização.

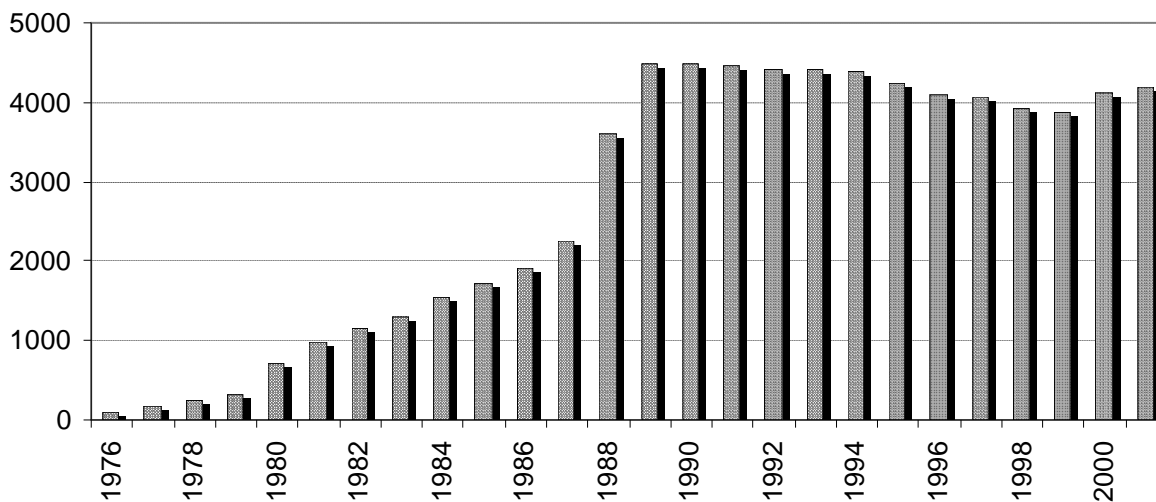
À época, importante liderança fora exercida pelos Srs. Paulo Roberto Cunha, (primeiro presidente da cooperativa), John Lee e Antônio Chavaglia (atual presidente), que assumiram a tarefa de convencimento junto aos produtores locais para a formação da cooperativa. Inicialmente 67 se dispuseram a participar, mas somente 31 colaboraram com a integralização do capital social da cooperativa. Cada quota-parte equivalia a aproximadamente US\$ 4 mil. Posteriormente, em 1977, 19 produtores se interessaram pela idéia e também integralizaram suas quotas, totalizando 50 sócios fundadores (COMIGO, 2004)

Num momento em que a agricultura da soja estava apenas iniciando sua expansão pelo cerrado brasileiro, o Sr. Cunha teve a iniciativa de planificar a instalação de uma unidade industrial para processar o produto, o que veio a se concretizar no ano de 1984 (BIALOSKORSKI NETO; MACHADO FILHO; MARCHI, 2002, Pág. 4).

A atividade da cooperativa inicia-se em 1976 com a abertura de uma loja de insumos em Rio Verde complementada por um departamento de assistência técnica e ainda pela aquisição de um terreno para a futura instalação de um parque agroindustrial. A cooperativa começa então seu

processo de crescimento, a *network* de produtores cresce a taxas expressivas passando de sessenta e sete produtores associados em 1976 para 721 cinco anos após, e 4233 vinte anos após a sua fundação. Observa-se abaixo a evolução do número de membros da cooperativa.

Gráfico 2: Evolução do quadro social da COMIGO



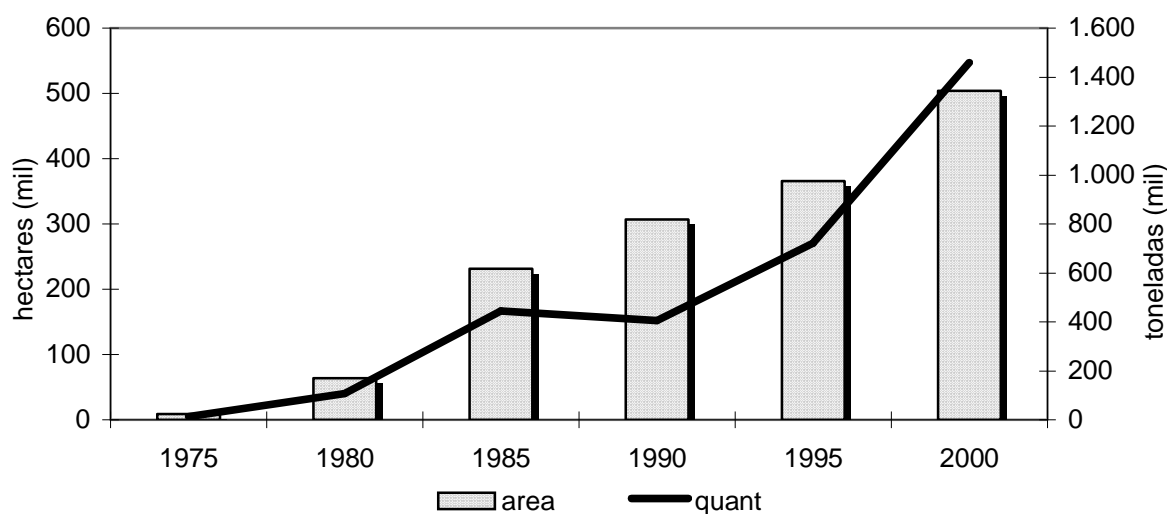
Fonte: Relatórios Anuais COMIGO, elaboração própria.

No início da década de 1980 a cooperativa já contava com mais de mil produtores rurais. Em 1985, segundo ano de funcionamento da indústria, a área plantada de soja já era de 148.000 ha já com uma produtividade de 1,68 ton/ha. Deve-se ressaltar que atualmente, em 2001, a área de soja evoluiu para 489.000 ha com uma produtividade de 3,08 ton/ha.

Em 1984 a cooperativa firma convênio com a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária para incentivar a pesquisa e promover a ampliação da assistência técnica. Em 1985, já eram 14 agrônomos e 1.410 visitas a cooperados, além disto os laboratórios de análise de solo e patologia animal iniciaram as suas atividades. Em 1987 incorpora a co-irmã CANJA, e no ano seguinte a CREDI-RURAL COMIGO foi estruturada, com a missão de fortalecer a estrutura de capital de seus cooperados (BIALOSKORSKI NETO e MARCHI, 2002).

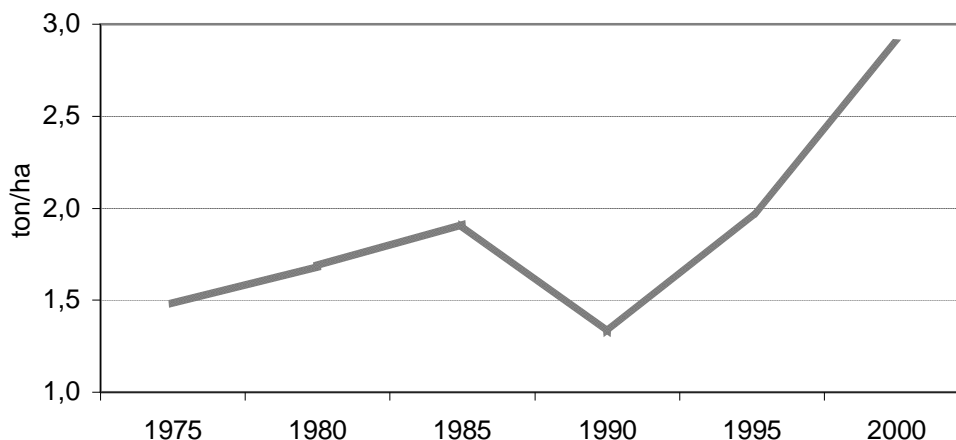
Como forma de promover o acesso de seus cooperados a novas tecnologias, em 2002 entra em operação um Centro Tecnológico. Em uma área de aproximadamente 100 hectares, cerca de R\$500 mil estão aplicados em projetos científicos ligados ao milho, soja, algodão, trigo, sorgo e arroz. Segundo Carmo *et alii* (2002) a iniciativa, além da COMIGO, reúne empresas como DuPont, Monsanto, Basf; instituições de pesquisa como a Fundação de Ensino Superior de Rio Verde, Embrapa e a Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico do Paraná. O desenvolvimento, impulsionado pela cooperativa, atrai então diversas empresas do Sistema Agroindustrial da Soja, tornando-se uma alavanca definitiva da economia local, entre os anos 80 e 90.

Gráfico 3: Área plantada (ha) e quantidade produzida (ton) de soja pelos estabelecimentos associados à COMIGO



Fonte: Relatórios Anuais COMIGO, vários anos. Elaboração própria.

A área cultivada de soja nos municípios de Rio Verde, Montividiu e Jataí era apenas 750 ha em 1975, no momento da implantação da cooperativa, com uma produtividade de apenas 1,49 ton/ha. A área evoluiu para 42.180 ha em 1980, época da primeira exportação da cooperativa e início da planificação da unidade agroindustrial.

Gráfico 4: Produtividade (ton/ha) da soja dos estabelecimentos associados à COMIGO

Fonte: Relatórios Anuais COMIGO, vários anos. Elaboração própria.

Conforme o gráfico acima, no início das atividades da cooperativa os produtores de soja produziam-na com uma produtividade algo em torno de 1,5 ton/ha. De certa forma ela manteve-se estável até 1990 e desde então vem registrando forte crescimento, chegando em 2000 com um nível próximo a 3 ton/ha.

Tabela 2: Serviços prestados pela COMIGO

Tipo de serviço	2000	2001
Exame de Anemia Infecciosa Equina	979	1.097
Exame de Brucelose	3.521	6.003
Exame de Parasitologia	69	105
Exame Andrológico	320	335
Atendimento Clínico	8.033	9.614
Atendimento Cirúrgico	377	791
Atendimento Interno	1.899	10.698
Outros atendimentos	24.995	32.564
Fabricação de Sal Mineral (sacas de 25 kg)	664.910	576.303
Adubo/Calcário/Foliar/	9.061	11.503
Planos técnicos	481	439
Laudos de assistência técnica	1.257	1.608
Assistência técnica	2.820	3.981
Atendimento (Agronomia)	9.707	8.480

Fonte: Relatórios anuais COMIGO.

A tabela anterior apresenta os dados referentes aos serviços prestados pela COMIGO nos anos de 2000 e 2001. Praticamente todas as formas de prestação de serviço apresentaram crescimento nesse período. Os dados revelam duas preocupações da cooperativa: o primeiro é obviamente atender seus cooperados nas mais variadas necessidades e, segundo, contabilizar esses atendimentos.

6 FONTES DE DADOS E METODOLOGIA

Para a formação da coletânea de dados, quatro principais fontes foram consultadas. Variáveis como uso da terra, mecanização, acesso à assistência técnica e valor da produção foram coletadas do Censo Agropecuário 1995/1996 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível no *site* do instituto. A produtividade da soja, medida em quilogramas por hectares, foi extraída do levantamento da Produção Agrícola Municipal do IBGE, por meio de seu banco de dados agregados Sidra, também acessível pela Internet.

A terceira fonte foi a base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); nela foram consultados os dados de população, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Índice de Gini. Por fim, a quantidade de cooperativas, sua localização e o número de cooperados foram coletados no Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2003, publicado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Foram encontradas algumas dificuldades na obtenção de dados, que em parte prejudicaram a análise. Para melhor caracterizar a estrutura agrícola, seria necessário uma tabulação especial do IBGE que considerasse apenas os dados referentes àqueles estabelecimentos associados à cooperativas. No entanto, por problemas internos ao instituto, não foi possível a obtenção de tais informações.

Quanto à metodologia empregada, esta apresentará natureza quantitativa/descritiva, utilizando, conforme a fonte dos dados citada, informações de origem secundária. Para apurar a influência do capital social, manifesto pelo cooperativismo, tomar-se-á por base dois referenciais. Primeiro, o comportamento das variáveis será analisado sob a perspectiva das microrregiões, ou seja, considerando o percentual de estabelecimentos associados às cooperativas em cada microrregião. Conforme os estudos apresentados na revisão da bibliografia, espera-se que as

microrregiões que apresentam uma proporção maior de estabelecimentos associados apresentem também melhores indicadores de acesso à assistência técnica, mecanização, IDH, entre outros.

Em segundo lugar, a análise será feita a partir dos municípios onde estão localizadas as sedes das cooperativas. Utilizar-se-á estatística apropriada para apontar a diferença entre as médias dos municípios com e sem sede de cooperativas. De acordo com as proposições expostas nas seções 4.2 e 4.3, que explicitaram a capacidade das cooperativas de gerar externalidades positivas, o resultado esperado é a presença de melhores indicadores, assim como na perspectiva anterior.

O emprego dessas duas abordagens, que não são alternativas, mas complementares, foram empregadas para tentar superar a limitação apresentada pelos dados. A dificuldade na obtenção das listagens especiais forçou o estudo a utilizar dados que refletiam a presença das cooperativas de forma agregada, seja pelo percentual de produtores por microrregião, seja pela comparação da cidade-sede com as demais.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo deste estudo é investigar a influência do capital social, caracterizado pela presença das organizações cooperativas, sobre os principais indicadores da agricultura e da sociedade. Analisa-se o caso da mesorregião geográfica Sul Goiano e as seis microrregiões que a compõe: Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Sudoeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois. Tais microrregiões apresentam algumas características semelhantes, fator importante num estudo sobre o meio agrícola: clima, solos e têm como principal cultura de lavouras os grãos, em especial a soja.

A cobertura vegetal que caracteriza todo o Sul Goiano é o cerrado. Segundo Franco (2001) o cerrado apresenta características que favorecem a agricultura, como a vasta extensão de terras mecanizáveis, fatores climáticos (luz, temperatura e água) e vegetação. No entanto, o pouco conhecimento dos recursos naturais, a irregularidade das chuvas e a baixa fertilidade dos solos (em função da elevada acidez) poderiam ser mencionados como fatores limitantes à expansão da agricultura. Rezende (2003) argumenta que, medidas como correção da acidez do solo via aplicação de calcário agrícola, desenvolvimento de novas variedades de sementes e novas técnicas de manejo, como o plantio direto, têm contribuído para atenuar essas restrições.

Nesse sentido, a presença de cooperativas poderia ter acelerado o processo de melhoria da aptidão do cerrado para a agricultura, uma vez que a sua presença favorece o acesso a novas tecnologias.

Conforme as justificativas apresentadas na metodologia, a análise dos resultados que se segue será feita em dois segmentos; o primeiro considera a perspectiva microrregional e o segundo a municipal (diferenciados pela existência ou não de sede de cooperativa).

7.1 Microrregiões

Nessa primeira parte, procura-se observar as características de cada microrregião, em função da proporção de estabelecimentos associados a cooperativas em cada localidade. O cálculo desse percentual foi realizado assumindo-se dois pressupostos. Primeiro, a hipótese que determinada cooperativa sediada na cidade A, localizada na microrregião B, tem todos seus estabelecimentos associados localizados na microrregião B. Sabe-se que isso não necessariamente ocorre, uma cooperativa pode ter membros em outra microrregião. Segundo, dentre as cooperativas agropecuárias estão incluídas também as cooperativas de leite. Entre elas algumas cooperativas de leite que também receberem outros produtos, como soja, milho etc. de qualquer forma, o importante aqui é a proporção de cooperados sobre o total de estabelecimentos agropecuários. Dado o baixo nível de desagregação dos dados nessa sub-seção, a análise será prioritariamente descritiva. A tabela abaixo apresenta os valores:

Tabela 3: Participação dos estabelecimentos associados a cooperativas agropecuárias

Localidade	Número de estabelecimentos rurais	Cooperados	Percentual de Cooperados
Catalão	5.072	1.382	27,25%
Meia Ponte	10.268	7.601	74,03%
Pires do Rio	6.279	633	10,08%
Quirinópolis	4.763	2.059	43,23%
Sudoeste de Goiás	9.434	4.816	51,05%
Vale do Rio dos Bois	5.747	1.548	26,94%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 IBGE e Organização das Cooperativas Brasileiras.

A microrregião que apresenta maior percentual de produtores cooperados é Meia Ponte, que possui seis cooperativas. Nessa localidade, a mais antiga é a COAPIL, de Piracanjuba,

fundada em 1968; a que possui o maior número de membros é a COMPLEM, da cidade de Morrinhos, com 3.765 associados.

A criação de cooperativas agropecuárias no Centro-Oeste tem sua origem na expansão da fronteira agrícola da região nos anos 70. Muitas delas, como foi visto o caso da COMIGO, foram criadas para superar dificuldades típicas de início de atividade: aquisição de insumos, viabilizar assistência técnica, transporte, tentativa de elevar os preços dos produtos etc. E no Sul Goiano não foi diferente; das vinte cooperativas existentes hoje, 10 foram fundadas entre os anos 1964 e 1977¹⁶. Nota-se pela tabela 4 acima que o maior crescimento em área plantada de lavouras temporárias (soja, milho, sorgo, algodão entre outros) no Sul Goiano se deu entre os anos 1970 e 1975.

Tabela 4: Área plantada em lavouras temporárias (ha, 1970 – 1995)

Localidade	1970	1975	1980	1985	1995
Catalão	43.560	58.801	60.424	91.932	141.682
Meia Ponte	267.985	357.450	417.730	412.098	333.290
Pires do Rio	27.393	42.669	60.010	78.770	86.422
Quirinópolis	87.647	121.184	131.541	94.035	47.671
Sudoeste de Goiás	180.610	336.937	483.356	643.918	715.786
Vale do Rio dos Bois	105.732	207.165	258.536	264.702	194.773

Fontes: IPEADATA e Censos Agropecuários IBGE.

O Sudoeste de Goiás foi a microrregião que apresentou a maior taxa anual de crescimento da área plantada em lavouras temporárias, 4,70%, constituindo-se em 1995 a maior delas em hectares. Percebe-se também que, a fundação da COMIGO ocorrida em 1976 resultou também da crescente expansão da agricultura no Sudoeste de Goiás (entre os anos 1970 e 1975 a área plantada em lavouras temporárias praticamente dobrou).

¹⁶ Adicione-se o incentivo dado pelos governos militares na criação de cooperativas agropecuárias, como forma de incrementar a política agrícola no país.

Chamam a atenção os dados de Meia Ponte, que apesar de apresentar o maior percentual de cooperados, quase não obteve crescimento da área plantada, 0,70% ao ano. Três fatores podem explicar esse pequeno crescimento: a) em 1970 a microrregião partia de um patamar elevado em relação às outras, como se pode observar na tabela 4; b) Meia Ponte está próxima do Triângulo Mineiro, região de ocupação agrícola antiga; c) uma das principais cooperativas, a COMPLEM, apesar de ter sua atividade mista, tem como principal foco de atuação os laticínios.

Tabela 5: Participação da área plantada em soja (1995)

Localidade	Lavoura Temporária	Área Total
Catalão	54,05%	6,02%
Meia Ponte	41,96%	7,59%
Pires do Rio	38,39%	3,91%
Quirinópolis	36,84%	1,22%
Sudoeste de Goiás	56,52%	9,72%
Vale do Rio dos Bois	27,99%	4,31%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 1995/1996.

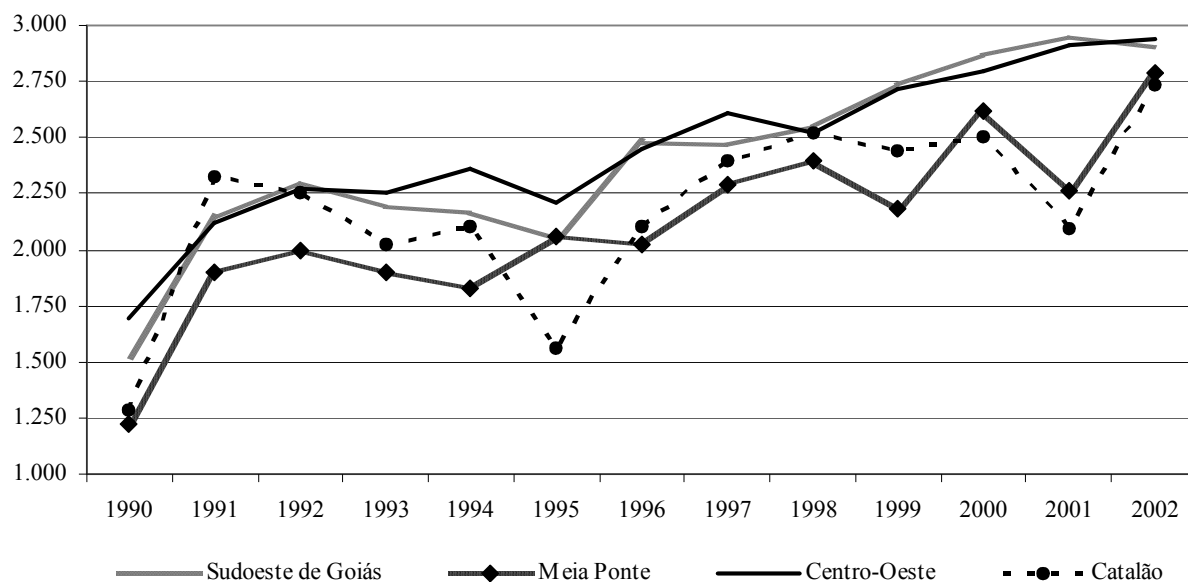
Focaliza-se agora o desempenho da principal cultura da região, a soja. Conforme a tabela 5, verifica-se que a soja ocupava em 1995 mais da metade da área destinada às lavouras temporárias em duas microrregiões, Sudoeste de Goiás e Catalão, percentual equivalente ao Centro-Oeste (52,08%), mas bastante superior ao observado em Goiás (40,01%). Meia Ponte, Pires do Rio e Quirinópolis se assemelham muito na participação da soja sobre a lavoura temporária, no entanto as duas últimas têm uma participação muito pequena sobre a área total, o que pode ser explicado pela maior participação da pecuária e de áreas não exploradas na área total dessas regiões. Dessa forma, restringe-se a comparação da produtividade da soja às regiões Sudoeste de Goiás, Catalão e Meia Ponte, uma vez que nestas áreas predomina a cultura da soja.

Das três regiões que apresentam a soja como principal produto cultivado, o Sudoeste e Meia Ponte são as que apresentam o maior número de produtores associados a cooperativas agropecuárias.

Apesar das restrições apresentadas anteriormente, as microrregiões Sudoeste de Goiás e Meia Ponte possuem mais da metade de seus produtores cooperados. Um dos pressupostos deste estudo é que as cooperativas agropecuárias são capazes de gerar externalidades positivas. Dadas as características inerentes à agricultura, mesmo os produtores que não são associados a cooperativas se beneficiariam da presença da mesma. Se um produtor cooperado passa a utilizar uma nova técnica de plantio ou um novo fertilizante, muito provavelmente os proprietários vizinhos tomarão conhecimento desse fato e considerarão a possibilidade de utilizar os mesmos procedimentos.

A seguir, observa-se a evolução da produtividade da soja nas três microrregiões citadas, além do Centro-Oeste. Primeiramente nota-se que todas as regiões apresentaram crescimento constante, partindo de valores abaixo de 1.750 kg/ha no início dos anos 90 e atingindo marcas próximas a 3.000 kg/ha em 2002. Meia Ponte foi a região que apresentou a maior irregularidade de safras, principalmente a partir de 1998, enquanto o Sudoeste de Goiás e o Centro-Oeste como um todo foram as que apresentaram maior uniformidade de crescimento.

Gráfico 5: Produtividade da soja nas microrregiões selecionadas



Fonte: Produção Agrícola Municipal IBGE. Elaboração própria.

Em se tratado de produção agrícola, quando dados em séries temporais são analisados, encontram-se dificuldades como a alta variação dos valores, causados eventualmente por estiagens ou excesso de chuvas. Para estimar a taxa constante de crescimento da produtividade utilizou-se média móvel com três períodos (anos), na tentativa de atenuar tais efeitos. O Sudoeste de Goiás apresentou a maior taxa, 3,65% ao ano, seguido de Meia Ponte e Catalão, com 3,60% e 2,32%, respectivamente.

Duas observações são necessárias, i) a menor taxa de crescimento de Catalão é explicada pelo alto patamar que a região parte, próximo a 2.000 kg/ha em 1992 (o primeiro valor para o cálculo da taxa de crescimento) e ii) o Sudoeste de Goiás também parte de um patamar elevado, mas mesmo assim apresenta a maior taxa de crescimento e conforme o ultimo valor obtido pela média móvel, esta região apresenta produtividade superior a todas as outras, ao estado de Goiás e à região Centro-Oeste. Recordando a Tabela 3, Meia Ponte e Sudoeste são as microrregiões que apresentam maior percentual de produtores associados à cooperativas.

O acesso à tecnologia assim como o fomento à extensão rural são algumas externalidades positivas geradas pelas cooperativas. Esperava-se então que as localidades detentoras de maior proporção de cooperados entre os produtores, apresentassem ocorrência maior de acesso a assistência técnica, uso de fertilizantes e controle de pragas e doenças. Meia Ponte e Sudoeste de Goiás apresentaram o maior percentual de estabelecimentos que declararam fazer uso de assistência técnica; exceção feita ao Vale do Rio dos Bois, que apesar de apresentar apenas 26,94% de seus produtores associados a cooperativas, apresenta 45,54% de proprietários que declararam uso de assistência técnica. Estas regiões estão em uma condição bastante favorável com relação ao Centro-Oeste (32,91%) e apresentam valores bastante próximos a São Paulo (46,79%).

Com relação à conservação do solo, dadas as características especiais dos solos do cerrados e sua topografia, esperava-se percentuais mais elevados. Não obstante a isso, as três microrregiões mais “cooperadas” são as que apresentam melhor indicador de conservação do solo. Catalão revelou uma situação interessante, apesar de apenas 22,63% dos produtores declararem preocupação com a conservação do solo, 8,21% utilizam algum mecanismo de irrigação. O acesso à energia elétrica é bastante semelhante entre as micro-regiões, independentemente de seu grau de cooperação. No entanto todas são superiores a Goiás (59,64%) e ao Centro-Oeste (51,90%).

Tabela 6: Estabelecimentos com informações sobre uso de assistência técnica (1995)

Localidade	Assist. Téc.	Adubos	Contr.de pragas e doenças	Cons. Solo	Irrigação	E. Elétrica
Catalão	35,29%	65,31%	94,35%	22,63%	8,21%	61,44%
Meia Ponte	52,98%	55,52%	93,66%	45,88%	4,37%	73,50%
Pires do Rio	26,71%	71,18%	88,99%	26,39%	3,16%	65,37%
Quirinópolis	27,98%	38,82%	96,00%	43,64%	0,92%	66,28%
Sudoeste de Goiás	38,24%	45,07%	92,99%	41,41%	1,98%	61,32%
Vale do Rio dos Bois	45,54%	55,31%	92,64%	28,60%	4,41%	73,55%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 1995/1996.

Conforme destacado na sub-seção III.2, o cooperativismo agropecuário tem a capacidade de gerar benefícios coletivos à economia e à sociedade de uma determinada região. Espera-se, portanto que em regiões onde estão mais presente as cooperativas (ou produtores associados a elas) os indicadores econômicos e sociais estejam em melhor situação que outras localidades.

Tabela 7: Indicadores sociais (1991 – 2000)

Localidade	IDH Rg			Gini Rg		
	1991	2000	Var. %	1991	2000	Var. %
Catalão	0,695	0,795	14,39%	0,548	0,530	-3,18%
Meia Ponte	0,707	0,785	11,03%	0,557	0,602	8,02%
Pires do Rio	0,662	0,777	17,37%	0,566	0,590	4,13%
Quirinópolis	0,666	0,763	14,56%	0,569	0,559	-1,75%
Sudoeste de Goiás	0,711	0,781	9,85%	0,569	0,578	1,59%
Vale do Rio dos Bois	0,626	0,749	19,65%	0,543	0,563	3,67%

Fonte: IPEADATA

O indicador que pode ser usado para verificar essa influência é o Índice de Desenvolvimento Humano, que pondera longevidade, educação e renda. Os dados se referem ao IDH Municipal, calculado pela Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2000). Para as microrregiões em estudo, foi calculado o IDH Regional (IDH Rg) ponderado pela população dos municípios.

O IDH ao nível municipal está disponível para os anos de 1991 e 2000. Conforme a tabela 7 acima, observa-se a evolução do indicador para cada microrregião. As localidades que apresentam maior número de cooperados, foram as que apresentaram menor evolução em termos percentuais, provavelmente em função dos ganhos marginais decrescentes. No entanto, em 1991 apresentavam os maiores índices, e em 2000 continuavam apresentando os números mais elevados.

No caso do Índice de Gini, que expressa distribuição de renda, a metodologia de cálculo nas microrregiões foi a mesma do IDH Rg, ou seja, ponderado pela população de cada municipalidade. Quanto mais o Índice de Gini se aproxima de 1, pior a distribuição de renda no local. Observa-se que, neste estudo, não existe uma clara relação entre nível de cooperação e concentração de renda, com exceção a Meia Ponte (74,03% de cooperados), que além de apresentar a maior variação percentual do indicador, de 1991 para 2000, é a única microrregião a ultrapassar seis décimos.

7.2 Municípios

Nessa segunda parte procura-se uma análise complementar à anterior, tomando-se por base os municípios, diferenciando-os por possuir ou não uma sede de cooperativa. O fato de determinada cidade ser sede de uma cooperativa significa que a maior parte dos produtores cooperados está naquele município, o que ameniza o pressuposto feito na seção anterior sobre a localização das cooperativas. Ainda, os efeitos das externalidades positivas serão mais evidentes onde a estrutura central da organização está localizada. Certamente lá será a praça de sinalização de preços para a região, tanto para produtos quanto para insumos.

Dos 79 municípios da mesorregião Sul Goiano, dezesseis são sede de pelo menos uma cooperativa, perfazendo um total de dezenove organizações. Piracanjuba, Silvânia e Quirinópolis possuem duas cooperativas cada. Em média, cada cooperativa tem 949,9 membros, apesar de três delas apresentarem o número mínimo de cooperados exigido por lei, ou seja, vinte.

Os municípios-sede tinham uma população média no ano 2000 de 33.793 habitantes, ao passo que a média dos outros municípios era de 8.388. Entre os anos 1991 e 2000, a população das cidades com cooperativas cresceram 11,54%, enquanto o crescimento das outras foi de 8,10%. Claramente os dados mostram que as cooperativas tendem a estabelecer sua sede em cidades maiores; e essas cidades crescem mais e/ou tornam-se pólo de atração populacional.

A tabela 8 abaixo apresenta a comparação estatística (teste t de Student) entre os valores observados para os municípios com e sem sede de cooperativas. O teste de hipótese foi definido como:

$$\mathbf{H_0} : \text{Média}_{\text{com coops}} - \text{Média}_{\text{sem coops}} = 0$$

$$\mathbf{H_1} : \text{Média}_{\text{com coops}} - \text{Média}_{\text{sem coops}} \neq 0$$

Tabela 8 – Diferença de médias entre municípios com e sem sede de cooperativas agropecuárias

	Municípios com sede de cooperativas		Municípios sem sede de cooperativas		teste t *
	média	desvio padrão	média	desvio padrão	
Pop 1991	30.296,69	26196,8	7759,70	9970,6	0,00000**
Pop 2000	33.793,38	30272,7	8387,98	11750,4	0,00000**
Produtividade da soja (1995)	2,217	0,1824	2,113	0,4679	0,19109
Assistência técnica	38,88%	0,2110	43,25%	0,2665	0,30944
Irrigação	4,99%	0,0409	2,92%	0,0423	0,06085**
Aubos	61,57%	0,1090	53,03%	0,1668	0,13445
Controle de pragas	96,08%	0,0325	97,30%	0,0286	0,35477
Conservação do solo	41,66%	0,1542	34,81%	0,2397	0,37332
Energia elétrica	72,39%	0,0813	67,84%	0,1333	0,24637
Tratores / Estabelecimento	0,5561	0,3811	0,6056	0,7023	0,32489
Máquinas / Estabelecimento	0,5819	0,7222	0,3578	0,6196	0,19214
Receita / Estabelecimento	31.931,43	31336,8	38.518,47	65749,1	0,33186
Valor da produção / hectare (soja)	0,4236	0,0396	0,4028	0,0814	0,00203**
Lavouras permanentes e temporárias	14,60%	0,0784	13,23%	0,1459	0,43462
Pastagens naturais e artificiais	67,83%	0,0864	69,75%	0,1491	0,40418
Matas naturais e plantadas	12,57%	0,0299	11,88%	0,0490	0,30756
Lavouras em descanso e produtivas não utilizadas	1,58%	0,0104	1,93%	0,0190	0,20893
IDH 1991	0,701	0,0252	0,681	0,0250	0,00416**
IDH 2000	0,789	0,0264	0,768	0,0272	0,03118**
Gini 1991	0,564	0,0373	0,556	0,0402	0,01962**
Gini 2000	0,577	0,0506	0,576	0,0457	0,37264

* retorna a probabilidade de validação de H_0 , ou seja, se as duas amostras serão provenientes de duas populações com a mesma média.

** significativo ao nível de confiança de 90%.

Fontes: Censo Agropecuário IBGE 1995/1996 e IPEADATA. Elaboração própria.

Verifica-se que ao nível de confiança de 90%, das vinte variáveis analisadas, sete mostraram-se estatisticamente diferentes. Deve-se levar em consideração a amostra deveras reduzida, em especial dos municípios com sede de cooperativas, fazendo com que algumas variáveis apresentem elevado desvio-padrão. Importante destacar que, das variáveis que expressam desenvolvimento social e distribuição de renda, somente o Índice de Gini no ano 2000 não se mostrou estatisticamente diferente a 90%. As cidades com cooperativas, conforme os dados, apresentam maior concentração de renda que as sem cooperativas, não obstante possuírem IDHs maiores.

O acesso a mecanismos de irrigação também apresentou diferença, o que corrobora uma característica inerente à esse implemento: seu custo de aquisição e manutenção é praticamente proibitivo para boa parte dos produtores. A cooperativa pode facilitar sua aquisição, seja pela compra direta, seja por alguma linha de crédito ao cooperado.

Conforme os dados, o valor da produção soja por hectare é maior nos municípios com cooperativas, o que confirma os resultados de BIALOSKORSKI NETO (2001) no estado de São Paulo, qual seja, na presença de tal organização na agricultura, ela tende a elevar o valor da produção na região. Apesar de não demonstrar diferença, a recita por estabelecimento (considerando a produção de origem vegetal) nos municípios com ausência de sedes cooperativas é maior que no outro grupo. Sobre a produtividade da soja, a igualdade entre as cidades com e sem cooperativas, constituiu-se um resultado inesperado.

8 CONCLUSÕES

A ciência econômica tem caminhado no sentido de ampliar seu escopo de estudo. Como apresentado no referencial teórico, o relaxamento da hipótese de ação econômica individual centrada no auto-interesse e independente das conexões sociais, o desenvolvimento da Nova Economia Institucional e da Teoria dos Jogos, demonstram o aumento das possibilidades de novas investigações.

O conceito de capital social, apesar de criticado por ainda não ser precisamente definido, é um avanço nas ciências sociais. Em economia, sua introdução permitiu que novas variáveis explicativas fossem consideradas nos estudos sobre desenvolvimento e crescimento econômico. Desde meados da década de 1980 o tema tem sido bastante recorrente nas agendas de pesquisa, sob as mais variadas perspectivas, teóricas e empíricas. O crescente volume de trabalhos realizados tem contribuído para superar as barreiras conceituais e de políticas que envolvem o capital social.

Sabe-se que regiões que apresentam um maior estoque de capital social têm relativo sucesso no processo de desenvolvimento econômico. A pesquisa seminal de Putnam (1996) e os diversos estudos revisados na seção 3 sustentam essa proposição. Procurou-se um melhor entendimento do conceito ao se determinar os mecanismos de formação, manifestação e atuação do capital social. Neste estudo, os mecanismos foram assim identificados: numa localidade onde existe um maior nível de confiança interpessoal incentiva os indivíduos a se organizarem em associações, clubes, cooperativa. Essas organizações geram externalidades positivas que dinamizam a economia da região.

Este estudo procurou investigar a influência do capital social sobre a estrutura produtiva e o processo de modernização da agricultura do Sul Goiano. Como capital social na agricultura,

considerou-se nesta pesquisa a associação à cooperativas agropecuárias. Dadas as restrições e as dificuldades na obtenção de dados, esta monografia utilizou-se de duas perspectivas de análises para investigar tal influência, ambas divididas em dois segmentos.

A primeira tratou da lógica de organização das cooperativas agropecuárias no Centro-Oeste e um estudo de caso sobre a COMIGO (importante cooperativa da microrregião Sudoeste de Goiás). No primeiro segmento viu-se que outras regiões do Centro-Oeste apresentam as mesmas condições de mercado e de renda agrícola que o Sudoeste de Goiás – onde a COMIGO atua – mas não se encontram outras cooperativas que processam a soja nessas regiões, do que se depreende a influência das condições sociais. No estudo de caso, percebe-se a contribuição dada pelas lideranças locais e pela cooperativa no desenvolvimento da região (formação de *networks*, irradiação de novos negócios etc).

No segundo segmento, relativo a análise dos dados, foi considerada a influência do cooperativismo – por consequência do capital social – em dois âmbitos: microrregiões e municípios. Ao nível microrregional, pode-se concluir que a maior participação de produtores associados à cooperativas contribuiu para a expansão da área plantada em lavouras temporárias, para a produtividade da soja, para o uso de assistência técnica.

Quanto aos municípios que possuem pelo menos uma sede de cooperativa agropecuária, estes têm, em média, uma população quatro vezes maior, apresentam mais estabelecimentos com uso de sistemas de irrigação e valor da produção da soja mais elevado. Quanto a produtividade da soja, não se verificou diferença estatística. Confirmando a perspectiva microrregional, os municípios com cooperativas agropecuárias apresentam IDHs melhores, no entanto a concentração da renda, resumida no índice de Gini, é maior.

Conclui-se, portanto, que o capital social da agricultura do Sul Goiano não tem influenciado um grande conjunto de indicadores, o que confirmou algumas expectativas e refutou

outras. Ainda, não se deve esquecer que apenas uma estrutura social fortalecida constitui fator suficiente para que uma região prospere; capital humano, físico e financeiro são de fundamental importância. Dessa forma, a maior contribuição do capital social seja o de facilitar as relações de mercado, via redução dos custos de transação, incentivo a inovação e outras externalidades positivas.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Declaração sobre a identidade cooperativa**. Disponível em: <<http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html>>. Acesso em: 20 nov. 2003.

ARRAES, Ronaldo de A.; BARRETO Ricardo C. S. **Implicações do capital social e do capital político no desenvolvimento econômico**. Texto para discussão Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS. **Artigos 2000**. Disponível em <<http://www.abag.com.br>>. Acesso: 10 mar. 2003.

AZEVEDO, Paulo F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, v. 47, p. 33-52, 2000.

BENECKE, Dietyer W. **Cooperação & desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo. Porto Alegre: Coojornal, 1980. 239 p.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos F. (org). **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. Capítulo 11, p. 235-253.

_____. Capital Social, Governança e Desenvolvimento da Agricultura: Um ensaio analítico. In: Anais do III Seminário Internacional de Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. Ribeirão Preto, out. 2001.

_____. **Cooperativas**: economia, crescimento e estrutura de capital. São Paulo: OCESP/SESCOOPSP, 2001. 170 p.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; MACHADO FILHO, Cláudio A. P.; MARCHI, Daniel. **COMIGO: network** e desenvolvimento. Texto para discussão PENSA. São Paulo: PENSA, 2002. 34f.

BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS. **Síntese agropecuária**. São Paulo, n° 230, jul. 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Os dois métodos da teoria econômica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2003, Florianópolis. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br>>. Acesso em 10 fev. 2004.

BRUM, Bruno L. Ravaiani; WEDEKIN, Ivan. O agricluster de carnes de aves e suínos no Sudoeste de Goiás. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRIBUSINESS (Plano estratégico 2002/2010, 2002, São Paulo. Disponível em <<http://www.abag.com.br/agricarnes.pdf>>. Acesso em 10 set. 2002.

CARMO, Roberto. L.; GUIMARÃES, Eduardo; AZEVEDO, Adalberto. M. M. **Agroindústria, População e Ambiente no Sudoeste de Goiás**. Texto para discussão. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002. 33 f.

CASTILHOS, Dino. S. B. **Capital Social e Políticas Públicas**: Um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2002. 173f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CASTRO, Ana Célia. **Localização e identificação das empresas processadoras de soja, sua área de influência, preços e custos de transporte relacionados**. Relatório de pesquisa CPDA/UFRRJ, 2003. 99 f.

COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94: p. S95-S120, dec. 1988.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Indicadores agropecuários**. 2004. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 1° jun. 2004.

COMIGO. Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano. **História, dados gerais, relatórios anuais**. Rio Verde, vários anos. Disponível em <<http://www.comigo.com.br>>. Acesso em 12 dez. 2002.

FRANCO, José B. Severino. O papel da Embrapa nas transformações do cerrado. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 2, p. 31-40, mar. 2001.

FUNARO, Vânia M. B. Oliveira (coord). **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: documento eletrônico e impresso. São Paulo: Universidade de São Paulo e Sistema Integrado de Bibliotecas, 2004. 110 p.

GLAESER, Edward. L.; LAIBSON, David; SACERDOTE, Bruce. **The economic approach to social capital**. Discussion Paper Number 1916. Cambridge: Harvard University, mar. 2001.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, p. 481-510, nov. 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Agrícola Municipal e Censo Agropecuário 1995/1996**. Disponíveis em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 20 fev. 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **IPEADATA**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 21 fev. 2003.

LAZZARINI, Sérgio. G.; CHADDAD, Fábio. R.; NEVES, Marcos. F. O conceito de capital social e aplicações para desenvolvimento e estratégia sustentável. **Preços Agrícolas**, Piracicaba, n. 163, p. 10-13, maio 2000.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**: princípios de micro e macroeconomia. São Paulo: Campus, 1999. 805 p.

MANSKI, Charles F. Economic analysis of social interactions. **Journal of Economic Perspectives**. Nashville, v. 14, p. 115-136, Summer 2000.

MILANI, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: IV CONFERÊNCIA REGIONAL ISTR-LAC, 2003, San José, Costa Rica.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999. 208 p.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2003**. Brasília: OCB, 2003. 210 p.

PAVARINA, Paula R. F. P. **Desenvolvimento, crescimento econômico e o capital social do Estado de São Paulo**. 2003. 181f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

PERES, Fernando C. Capital Social: a nova estrela do crescimento econômico. **Preços Agrícolas**, Piracicaba, n. 163, p. 6-9, maio 2000.

PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1999. 791 p.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**: A experiência da Itália moderna. São Paulo: FGV. 1996. 260 p.

REZENDE, Gervásio de Castro. **Ocupação agrícola, estrutura agrária e mercado de trabalho rural no cerrado**: O papel do preço da terra, dos recursos naturais e das políticas públicas. Projeto Nemesis/Pronex, Rio de Janeiro, jan. 2003. Disponível em <<http://www.nemesis.org.br>>. Acesso: 10 nov. 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 355 p.

SLANGEN, Louis H. G.; van KOOTEN, Cornelis G.; SUCHANEK, Pavel. Institutions, social capital and agricultural change in central and eastern Europe. **Journal of Rural Studies**. Bristol, v. 20, p. 245-256, 2004.

WOOLCOCK, Michael. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**. Kluwer, v. 27, p. 151-208, 1998.